



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ROBERTO TRIPOLI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO PLURIANUAL E ORÇAMENTO/2014

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 25/11/2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Como Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e a presença do Vereador Paulo Fiorilo, relator, declaro aberta a nossa 27ª audiência pública do ano de 2013 e a 11ª audiência pública sobre o PL 694/13, Plano Plurianual de 2014-2017 e o PL 695/13, do orçamento do 2014, em sua 5ª temática.

Para debater o tema hoje da audiência pública, foi convidada a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente e os Fundo Especial do Meio Ambiente, Secretaria e Coordenação das Subprefeituras, Secretaria Municipal de Serviços, autoridade municipal da limpeza urbana, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Fundo de Iluminação Pública, São Paulo Obras, São Paulo Urbanismo, Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, Secretaria de Política para as Mulheres, Secretaria Municipal de Transportes, Fundo do Desenvolvimento do Trânsito, Companhia de Zona de Tráfego, (ininteligível) Educação e Tecnologia e Coordenação da Vigilância(?) em Saúde.

O calendário contendo as informações sobre as demais audiências está disponível no portal da Câmara Municipal, *link* orçamento de 2014.

Contamos com a presença do Sr. Secretário Ricardo Teixeira. Seja muito bem vindo à Câmara Municipal.

Solicito que os Srs. Chico Macedo, ex-Vereador, e Ricardo Teixeira façam parte da mesa.

Esse é o primeiro ano da Secretaria da Mulher. Parabéns pelo trabalho que a senhora vem realizando, Sra. Denise Dal, Secretaria da Defesa das Mulheres. Tenha a palavra.

A SRA. DENISE DAL - Boa tarde a todos. Caiu, num dia especial, a nossa prestação de contas. Hoje é o Dia Internacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. No Brasil e no mundo, hoje se iniciam 16 dias de ativismo de ações de enfrentamento à violência contra a mulher, campanha que nós da Prefeitura de São Paulo estamos fortalecendo, realizando uma série de oficinas, seminários e atividades que culminarão com um grande ato, no dia 6 de dezembro, quando a Sra. Eleonora Menicucci, Ministra de Políticas para as

Mulheres e o Sr. Prefeito Fernando Haddad assinarão diversas ações, criando novos serviços ou parcerias na área das políticas para as mulheres. Inclusive, alguns dos serviços que o Sr. Prefeito irá sancionar e apresentar à sociedade, no dia 6 de dezembro, constam no nosso orçamento.

A Secretaria foi criada por projeto de lei aprovado, na Câmara, no dia 27 de maio, e a nossa missão é a formulação, a fiscalização e a implantação de políticas públicas para as mulheres. Nós temos tentado fazer com que essa missão não seja só uma missão da Secretaria de Políticas para as Mulheres, mas uma missão do Governo Municipal, consolidando diversas parcerias intersecretariais, apresentando brevemente o nosso orçamento. O nosso orçamento para o ano de 2014 é de 13.465.413 reais. O que está previsto? Está previsto para a capital, para investimentos em recursos municipais, 2.908.000 reais. O que essa verba tem, como responsabilidade, de realizar? A nossa parte - porque há a parte do Governo Federal - a nossa contrapartida para implantação de uma casa de passagem, no município de São Paulo - casa de passagem é aquele onde a mulher vítima de violência pode permanecer abrigada por quinze dias, renovável por mais quinze, com filhos e filhas de zero a quinze anos - a construção, a reforma e a ampliação dos nossos serviços, que são os cinco centros de cidadania da mulher, que estão sendo reestruturados, nos quais pretendemos realizar não só uma reforma do espaço físico, mas a reestruturação da missão política deles. Nós queremos utilizá-los para qualificação profissional de mulheres e para projetos de geração de trabalho e renda e dois centros de referência da mulher, o da Vila Brasilândia e a tradicional casa Eliane de Grammont, a primeira casa de atendimento às mulheres vítimas de violência, implantada, em 1990, na gestão da ex-Prefeita Luíza Erundina. A casa de passagem será implantada no terreno anexo à casa Eliana de Grammont.

De investimentos federais, como apoio do Governo Federal, a construção da casa de passagem foi resultado da inscrição do município de São Paulo num edital nacional da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Portanto, o que vem de recurso federal são

1.157.000 reais no início do ano e acreditamos que, até o final do ano de 2014, a contrapartida federal vai chegar a 3 milhões de reais, para a reforma dos centros de reestruturação dos centros de cidadania da mulher abrigarem o projeto de geração de trabalho e renda e abrigarem também o projeto de organização e participação social das mulheres, outro edital no qual nós fomos contemplados a nível federal. Por isso que essa verba vem classificada como recurso federal no nosso orçamento, para realização de fóruns regionais de participação das mulheres, de forma articulada com a eleição do conselho participativo da Cidade.

No dia 8 de dezembro, ocorrerá a eleição do conselho participativo da Cidade, quando cada subprefeitura elegerá o seu conselho. Então, na organização desses fóruns regionais, está articulada a participação das mulheres no conselho participativo. De custeio, como recurso municipal, há 4.400.000 reais para a folha de pagamento, vencimentos e vantagens da folha de pagamento e 5 milhões para ser administrada a sede da Secretaria e nove equipamentos, nove serviços que atendem às mulheres no município de São Paulo.

Lembrar ainda que São Paulo vai ter a Casa da Mulher Brasileira, que faz parte do programa federal Mulher Viver Sem Violência. É uma casa que atenderá em sistema multiprofissional e vai unir: Delegacia da Mulher, Defensoria Pública, Atendimento Psicológico e Social. A gestão é bipartite, Município - Estado, para as mulheres do Município de São Paulo que será realizada, construída na verdade, no Centro, mais exatamente no bairro do Cambuci, como já foi noticiado na Imprensa.

Então essas contrapartidas federais tendem a aumentar por conta da construção da Casa da Mulher Brasileira.

Para concluir, gostaria de dizer que estamos trabalhando ações intersecretariais. Embora não estejam descritas como verbas orçamentárias, temos ações em parceria com a Secretaria da Saúde, a qual iniciou o programa Ação Hora Certa, atendendo as 80 mil mulheres que estavam na fila do SUS aguardando exames de mamografia e ultrassonografia, mamária e transvaginal.

Fizemos ainda uma parceria com a Secretaria de Serviços, ampliando a iluminação da Cidade a partir dos pontos de maior violência contra a mulher - onde há índices de maior violência contra a mulher.

Com a Secretaria de Habitação retomamos a parceria social para garantir o aluguel social às mulheres vítimas da violência. E com a Secretaria de Transportes implementando uma campanha de enfrentamento à violência contra a mulher, em especial, ao assédio sexual nos meios de transportes.

Além do *Jornal do Ônibus*, estamos passando *spots* - pequenos vídeos na TV *Ônibus*.

Portanto, estamos buscando ter uma ação transversal, onde as demais Secretarias, como Trabalho, Saúde, Educação, Transportes, Serviços e Habitação, tenham ações e políticas públicas voltadas para as mulheres.

Estamos trabalhando também e lutando por emendas parlamentares. Aliás, Vereador Paulo Fiorilo, agradecemos muito sua emenda que foi aprovada para nós e está ajudando a garantir todas as ações dos 16 dias de ativismo, de enfrentamento à violência contra a mulher.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Posso saber qual é a emenda, pois o orçamento desse ano é só esse ano, no ano passado não existia essa Secretaria. Qual é a emenda?

A SRA. DENISE DAL - É de 2013.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Sim, mas a emenda de quando foi? Não votamos o Orçamento ainda como é que pode ter emenda? (Pausa) Concluindo?

A SRA. DENISE DAL - É de 2013. Sim, concluindo, um minuto final.

Agradecemos a emenda. Estamos debatendo aqui na Câmara com a Vereança as possibilidades de construirmos novas emendas para o ano de 2014, também com os

Deputados Estaduais e Federais, buscando fazer com que esta, que é uma Secretaria nova se estruture, tanto do ponto de vista física e de seus serviços para as mulheres, quanto de suas políticas públicas. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Agradeço a visita da Secretária de Política pelas Mulheres e a parabenizo pelo bom trabalho que tem feito.

Não havendo nenhum inscrito, declaro encerrada a audiência pública.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Eu acabei de perguntar se haviam interessados em falar. O próprio Sr. Fabio disse-me que não faria perguntas nessa audiência. Desculpe, mas não há inscritos.

Declaro encerrada a audiência das mulheres.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Sra. Maria do Socorro, sempre dei espaço para a senhora em todos os momentos. Abri inscrição, perguntei à secretaria se havia inscritos. Em não havendo, encerramos a audiência. Na próxima a senhora se inscreve.

Desculpem, sempre abro espaços, mas não posso abrir exceções hoje.

Agradeço a participação da senhora, muito bem vinda à Câmara.

Gostaria de chamar o Sr. Chico Macena, Secretário e Coordenador das Subprefeituras. Seja bem vindo à Câmara Municipal de São Paulo, que é sua casa naturalmente, quantos anos já esteve conosco, tem conhecimento de causa. Aproveito para elogiar seu trabalho frente à Secretaria, afinal uma responsabilidade muito grande, pois, depois do Prefeito, vem sua Secretaria, quando se fala em Orçamento, mas também sobre tantas atividades. Parabéns pelo trabalho.

As inscrições estão abertas e passo a palavra ao Sr. Chico Macena.

O SR. CHICO MACENA - Obrigado Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Vereador Paulo Fiorilo, da Comissão de Finanças, saudar todos os funcionários da Câmara

Municipal que estão presentes. Sei que todos os gabinetes se envolvem nesse momento para discutir a melhor Peça Orçamentária para a cidade de São Paulo, bem como todos os cidadãos que vieram debater o Orçamento do Município. Assim, todos contribuem para que tenhamos um Orçamento com maior eficácia e efetividade nas realizações daquilo que a Cidade precisa.

- Apresentação de vídeo.

O SR. CHICO MACENA - Só para localizar a todos: a Secretaria de Subcoordenação de Prefeituras abrange, além do próprio gabinete de coordenação das Subprefeituras, a Usina de Asfalto Spua, a área de abastecimento da Cidade, responsável por todos os mercados municipais, feiras livres e eventos de comercialização nas áreas públicas e, como eu próprio afirmei, às 32, ou 31, a partir do ano que vem 32 Subprefeituras na cidade de São Paulo. Elas ajudarão o Prefeito a fazer a gestão descentralizada da Cidade.

Temos, para 2014, uma previsão de 555 milhões de reais no gabinete da Coordenação das Subprefeituras. Isso representa uma redução de 18% em relação a 2013, mas essa redução significou, sobretudo, verbas que descentralizamos, não só para as Subprefeituras, mas também para outras Secretarias e atividades.

A Spua tem um orçamento previsto, para este ano, de 132 milhões de reais, o que era previsto no Orçamento de 2013 era 51 milhões de reais, portanto, temos um incremento de 157%.

Todos sabemos que essa parte é muito importante para a cidade de São Paulo, pois diz respeito ao recapeamento e manutenção, aliás, toda a manutenção do mini anel viário da Cidade. Na verdade, os recursos que tínhamos disponíveis do exercício de 2013 se demonstraram insuficientes.

As Subprefeituras vão para um Orçamento de um milhão e noventa e três, também de reais. Aqui há uma redução e todos podem observar que todo o custeio dos conselhos tutelares da cidade de São Paulo - que representa locações, aluguéis, manutenção da infraestrutura deles - passaram a ser de responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos.

E isso até porque a coordenação dessas atividades se encontram naquela Secretaria.

Portanto, teríamos, no somatório do tesouro: um milhão, um bilhão e zero e noventa e três milhões de reais das Subs. Somando com as Secretarias, Spua e com abastecimento R\$ 1,7 bilhão.

Além disso, temos buscando recursos próprios de fontes e fundos e também de recursos do Governo Federal. Para o ano de 2014, já temos aprovado, no Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano 86 milhões. Antes, 21, que tínhamos para 2013. Portanto, representando 310% de aumento, num total geral de R\$ 1,8 bilhão.

A seguir, temos os orçamentos de todas as Subprefeituras. Passarei rapidamente até porque os pontos que gostaria de deixar mais claros estão à frente.

Perus, 25; Pirituba, 34; Freguesia, 31; Casa Verde, 25; Santana - Tucuruvi, 31; Jaçanã, 29; Vila Maria, 30; Lapa, 32; Sé, 64; Butantã, 39; Pinheiros, 36; Vila Mariana, 33; Ipiranga, 37; Santo Amaro, 37; Jabaquara, 26; Cidade Ademar, 26; Campo Limpo, 40; M'Boi, 36; Capela, 37; Paralheiros, 28; Penha, 43; Ermelino Matarazzo, 26; São Miguel, 41; Itaim Paulista, 32; Móoca, 39; Aricanduva, 35; Itaquera, 40; Guaianazes, 35; Vila Prudente, 21; São Mateus, 52; Cidade Tiradentes, 22; e a nova Subprefeitura, de Sapopemba, com 21.

A distribuição por fonte. Do Tesouro: 1,6 bilhões; transferências federais, 132 milhões, lembrando que todas as transferências federais dizem respeito a projetos e contratos que já estão firmados - foram feitos contratos com o Governo Federal, então, serão executados esse ano - e nós temos acordado, mas também aprovado, no Governo Federal, algo mais em torno de 184 milhões para áreas de risco e 20 milhões para calçadas na cidade de São Paulo, junto com o Ministério do Turismo; transferências estaduais, 14,6 milhões; e do Fundurb, 86 milhões de reais.

Na atividade 1,3 bilhão de reais, sendo 504 milhões em projetos.

Administração: 659 milhões de reais e naquilo que representa toda a zeladoria da Cidade, 620 milhões, excluindo, é lógico, aquelas questões referentes à Spua.

Aí entramos em recapeamento e pavimentação: 130 milhões de reais, representando um aumento em relação a 2013 de 53%; calçadas, 51 milhões e 114, e também aqui, gostaria de frisar que estamos desenvolvendo na Secretaria, aliás, já foi testada, uma calçada feita com binder - a qual, depois, de polida dá um aspecto de concreto - o que resulta em redução significativa no custo, representando em torno de 40% do que pagamos hoje; galerias e canais, essa dotação que havia na Secretaria, temos um programa audacioso que será apresentado pela Secretaria de Infraestrutura Urbana, o qual já conta com 69 intervenções na Cidade entre galerias e córregos, e para o ano que vem também há um montante desse volume, em torno de 70 novas intervenções.

Por isso, nas Subprefeituras, resolvemos trabalhar junto com a Secretaria de Infraestrutura Urbana, que tem, inclusive, maior *expertise* para isso.

Área de risco: 112 milhões.

Melhorias de bairro: faremos uma série de intervenções nos bairros de São Paulo, requalificando os centros, os locais de acesso, com 97 milhões.

Segurança alimentar, que não tínhamos nenhuma verba em abastecimento, estamos colocando 3 milhões de reais. Gostaria de dizer que esses 3 milhões, na verdade, é uma contrapartida que estamos destinando a um projeto que já escrevemos e, aliás, obtivemos o primeiro ok do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Através desse projeto, poderemos e, certamente, conseguiremos trazer 42 milhões de reais para a Cidade.

A gestão integrada CGI: 15,5 milhões. E a ideia de reformularmos todas as praças de atendimento e todos os centros de atendimento da Prefeitura, integrando, inclusive, através dos instrumentos de informática, para que o cidadão possa ter uma única porta de entrada, mas, principalmente, um retorno mais eficaz de suas reivindicações.

Porta de entrada, mas, principalmente, um retorno mais eficaz das suas reivindicações. Em abastecimento 8,8 milhões, temos uma série de mercados municipais que estão com problemas no Contru, problemas de segurança, e nossa expectativa é que

possamos resolver com essa verba e novas centralidades são 86 milhões que em cada subprefeitura vamos trabalhar um grande projeto junto com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, requalificando um centro comercial, algo de maior polaridade, o que dá um total de 504 milhões de reais.

Além desses recursos, temos nas subprefeituras mais 32 milhões para calçadas; mais 30 milhões também nas subprefeituras para pavimentação e recapeamento; e na área da zeladoria são 456 milhões de reais. Dentro do PPA de 2014/2017 apresentamos uma evolução ao longo desse período que dá um total, no final, de 7,8 bilhões de reais. Por aplicação em atividades 5,9 bilhões; projetos 1,8 bilhões, totalizando 7,8. Na área da administração 3,3 bilhões de reais, na zeladoria 2,6 bilhões de reais, totalizando aqui 5,9 bilhões.

Na segurança alimentar atingiríamos 10 bilhões de reais até o final; em pavimentação e recapeamento 565 milhões; calçadas 184; 488,7 em áreas de risco porque é aquele programa com o Governo Federal que ano a ano estamos realizando e envolve remoções de famílias e novas centralidades são 118 milhões de reais e partiríamos para uma total requalificação de todas as praças de atendimento e portal 156, representando mais 55 milhões de reais.

Esse é o resumo do Orçamento da Secretaria de Coordenação de Subprefeituras e espero que esse debate seja muito positivo aqui na Câmara Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Agradeço a participação do Secretário Chico Macena.

Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro, que representa a entidade ONG Nosso Sonho.

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Boa tarde a todos. Fiquei chateada porque na explanação da Secretaria da Mulher porque como todos sabem parece que o idoso é invisível. Por que essa discriminação? Em maio foi criada a Secretaria da mulher, foram criadas várias coisas. Não importa que governo são desenvolvidas as atividades, importa beneficiar a

periferia, os excluídos. No papel tudo é maravilhoso, mas, na subprefeitura de Itaquera, não temos conhecimento de nada, porque não é passado para a gente.

O Haddad fala em participação popular, a população tem de ter conhecimento, chega e todo mundo tem de fazer parte, mas onde? Nem se chega a um conhecimento. Hoje cheguei na Prefeitura tinha um grupo de engenheiros e de pessoas para ver o destino da periferia que não chegou ao nosso conhecimento. Cheguei lá, vi uma mesa maravilhosa, que participação é essa? Pergunto? Como podemos fazer parte? E nós onde ficamos? Ou, por acaso, somos transparentes? Não existimos? Mas, não esqueçam que os idosos existem e muitos tentam lutar. Pedro Simão, gosto muito de você, mas está em falha conosco da periferia porque foram retirados 32 telecentros e as atividades que tínhamos lá. Tento procurar você onde posso te encontrar? Todos têm de saber o que está acontecendo. Esse dinheiro vai para onde? E vai haver desapropriação. Nós moramos perto do Itaquerão e as famílias vão ser removidas, só que não sabemos qual será o destino e vai haver muito sofrimento, não tínhamos quase nada e o que tínhamos foi retirado. Cidade Carvalho, Conjunto Habitacional Águia de Haia. O que faço para encontrar o Simão Pedro?

Como eles podem enxergar a periferia que nada comunica. A subprefeitura tem obrigação de passar para toda a população. Estou falando do orçamento, não é de outra coisa, não.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA - Represento o Movimento de Resistência Pró-Orçamento Participativo. Saúdo a todos. Nossa intervenção é sobre a Secretaria de Subprefeituras. Anualmente, apresentamos um relatório que curiosamente não é apresentado pela gestão, seja, Serra, ou Kassab e quais foram as subprefeituras com maior execução orçamentária. Infelizmente, a Secretaria do Planejamento, descumprindo a legislação vigente, só mostra o relatório orçamentário até 31 de agosto, portanto, a nossa fonte é essa. Existe uma lei de que sempre tem de apresentar o Orçamento na internet 40 dias depois do final da sua execução, pelo menos o de setembro deveria estar sendo apresentado, mas paramos em agosto.

Em agosto, três subprefeituras que pior executaram o Orçamento foram: M'Boi Mirim, 27,3%; São Mateus, 44,2% e Perus, 46,4%. Sendo que a média orçamentária é de 66,7%. M'Boi Mirim, que é o caso mais grave, e não há quem negue que seja uma subprefeitura bastante pobre, e nos Jardins Ângela e São Luis, a situação é muito mais grave porque o Orçamento era de 60,8 milhões de reais, até agosto, só foram executados 16,6 milhões de reais, por isso que é 27,3%.

Secretário, por que M'Boi Mirim não está executando o Orçamento da Subprefeitura? E São Mateus e Perus, que são as regiões do Vereador Paulo Fiorilo, regiões carentíssimas com problema de execução de Orçamento. Problema tão sério quanto à gestão Kassab no ano passado.

Gostaria de ouvir dos Vereadores qual é a razão de um Orçamento tão pífio sendo apresentado? Será que não há demanda, todo mundo já enriqueceu? São as três regiões mais carentes de São Paulo.

Para encerrar, gostaria de perguntar ao Sr. Francisco Macena por que a manutenção de uma verba tão grande para a operação delegada, dotação 8020, da sua Secretaria. São 110 milhões de reais, mas a operação delegada não tinha sido desaparecida do Plano de Metas? Por que voltou com uma dotação enorme, sendo que a Dona Socorro clama pela verba do idoso, que, por incrível que pareça, sábado foi retirada mais uma verba mais uma vez.

O Decreto 54.619/13, publicado sexta-feira, tirou 80 milhões do atendimento integral ao idoso e colocou no programa Ação Socioeducativa da Criança e do Adolescente e proteção à população de rua. Queria saber se as autoridades tem alguma coisa contra os idosos porque de novo estão tirando dinheiro desse segmento. Será que os Vereadores estão sabendo disso?

Também fazendo uma contrapartida disso, reforma e acessibilidade de pacientes públicos, apenas 19,5 milhões. Oito vezes menos do que a operação delegada.

Vereador Macena, há uma coisa muito estranha: segurança alimentar, temos um conselho histórico nessa Cidade chamado Comusan, no ano passado, a verba desse conselho era bastante alta, se não me engano, 500 milhões de reais. Até junho desse ano nada tinha sido executado. Muito estranho porque é um conselho municipal criado por lei e a dotação para o ano que vem é de 20.405 mil reais, ou seja, uma média de 1500 reais por mês, não dá nem para comprar o cafezinho desse conselho. É isso que é fazer participação popular?

Pedimos, respeitosamente, explicações para o ex-Vereador, Secretário Chico Macena.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Boa tarde a todos. Sr. Secretário, assistimos na semana retrasada uma audiência pública pertinente às Subprefeituras do Ipiranga, Vila Mariana e Jabaquara e todos foram unânimes em dizer da falta de recursos com relação ao próximo ano. Pelo Orçamento do próximo ano, verificamos a impossibilidade de você realizar todo o serviço de zeladoria no ano inteiro, segundo os levantamentos levados para a audiência.

Existe a possibilidade ou previsão de aumento dessa dotação orçamentária para essas três subprefeituras? Outra questão é em relação à operação delegada, eu gostaria de saber, com relação a esses valores, mesmo porque sabemos que a Prefeitura está reduzindo drasticamente a Operação Delegada e não sei se já foi resolvida a questão do pagamento com relação à Polícia Militar. Dizem também, em algumas declarações feitas pelos Vereadores, que está se propondo que a operação delegada trabalhe na questão dos “pancadões”. Pergunto: esses recursos são suficientes para isso?

Outra questão é a da impossibilidade da lei de renegociação da dívida, que está no Senado. Pelo Plano Plurianual, do Orçamento, que grande parte desse recursos que seriam investidos no ano que vem vinha exatamente da possibilidade de renegociação, não havendo, qual o impacto que irá causar no Orçamento e também na questão do Plano Plurianual.

Com relação aos conselhos, estamos vendo que estamos na eminência de realizar a primeira eleição dos conselhos dos representantes das subprefeituras e verificamos um

esforço muito grande, mas a proposta para o ano que vem, com relação à operação e manutenção dos conselhos, é de apenas 20 mil reais. Isso vai dar para fazermos todas as reuniões de todas as subprefeituras?

O SR. CHICO MACENA - Primeiramente, tratarei da questão da execução orçamentária. A Secretaria tem uma execução orçamentária até o presente momento de 96%. Pirituba/Jaguareé, 93%; Brasilândia, 93%; Freguesia do Ó, 93%; Casa Verde, 93%; Santana/Tucuruvi, 91% e passando o olho em todos os números, a nossa média de execução orçamentária até o presente momento é de 90% do Orçamento, o que indica que até o final do ano teremos certamente em torno de 95% para que todos os que conhecem o que é a gestão, inclusive, em primeiro ano, uma boa execução.

No que diz respeito a M'Boi Mirim, temos um Orçamento aprovado na Câmara Municipal que tinha um conjunto de emendas parlamentares destinadas àquela subprefeitura e depois, por avaliação, ou por deslocamento de recursos, ou por obras que estavam sendo contempladas em outras Secretarias, uma parte desse Orçamento foi congelada. Por isso, dá essa divergência, muitas vezes, do número de M'Boi Mirim, que, como todos acompanharam, os Vereadores se empenharam muito para aumentar o orçamento das Subprefeituras.

Como todos aqui nesta Casa acompanharam - o Vereador Paulo Fiorilo não estava, mas todos os demais sim -, houve um empenho coletivo para aumentar o orçamento das subprefeituras, e M'Boi Mirim foi contemplado com várias emendas parlamentares.

A primeira questão é essa distorção. Havíamos previsto para este ano 140 milhões para a Operação Delegada. Para 2014, estamos prevendo 110 milhões. Contraditoriamente a algumas coisas que vêm sendo ditas, a Operação Delegada, do ponto de vista das regiões e de sua atuação, tem se ampliado na cidade de São Paulo. Há pouco, inauguramos um novo setor, o Setor da Liberdade, que está sendo contemplado na Operação Delegada. O que ocorreu, que muitas vezes provoca essa distorção de números? Pegamos um terço do que era Operação Delegada diurna e passamos para Operação Delegada noturna, até para que

tenhamos um policiamento, um apoio nas atividades da subprefeitura nas regiões mais periféricas da cidade de São Paulo. Todos nós conhecemos o problema, não só em relação aos barulhos e ao pancadão, mas inclusive no exercício do poder de polícia da Prefeitura, que muitas vezes depende de apoio da Polícia Militar. Posso dar como exemplo as 58 ocupações que houve na cidade de São Paulo, que muitas vezes necessitam de apoio militar, e outras ocorrências. O que houve é que essa parte da Operação Delegada noturna não foi totalmente preenchida. Das 2,3 mil vagas que tínhamos - como é por voluntário, o voluntário inscreve-se -, foram preenchidas somente 224 por voluntários inscritos nessa operação.

Eu gostaria também, nobre Vereador Nomura, de esclarecer a nova forma de pagamento. Antigamente, pagávamos por estimativa. Tínhamos uma estimativa de gastar 11 milhões no mês de janeiro; a Prefeitura pagava 11 milhões e depois verificava o que efetivamente foi trabalhado e glosava o restante. Só que essa glosa do restante ficava, na verdade, em um saldo na própria PM. Nós, num acordo com a PM e em um novo acordo, simplesmente invertemos isso. Hoje primeiro é feita a aferição até dia 30. Repito: as pessoas são voluntárias. Assim, num mês pode haver um número e em outro mês, a pessoa não quer trabalhar no seu horário de folga; assim, esses números variam muito. Nós hoje mapeamos até o dia 30 quem efetivamente trabalhou, e até o dia 5 de cada mês repassamos para a Polícia Militar o valor. Tivemos alguns meses em que houve discrepância, que ajustamos, e esse valor foi pago.

A respeito da reforma de acessibilidade, como eu disse antes, estamos com dois convênios muito importantes: um com o Ministério das Cidades e outro com o Ministério do Turismo, visando a promover essas reformas em pontos turísticos da cidade de São Paulo. Ao contrário do que possa parecer do ponto de vista do Tesouro, essa verba tem aumentado e irá aumentar muito na cidade de São Paulo. Sempre que estamos desonerando o orçamento da Prefeitura, estamos buscamos recursos no Governo Federal e estamos fazendo essa conta de chegada. Como eu disse, teremos metas físicas muito maiores do que tivemos anteriormente

por conta também de uma redução no custo, no preço do serviço, por novas tecnologias e novos materiais que estamos desenvolvendo.

A respeito da zeladoria, o Vereador Nomura questionou-nos sobre as duas subprefeituras. Tivemos como base a execução orçamentária deste ano. Neste ano não ocorreu o que ocorreu no final do ano passado. Em outubro, algumas subprefeituras dispensaram as equipes de zeladoria, pois não havia recursos. Agora, vamos conseguir ir até o final do ano que vem. Há também algumas mudanças que estamos fazendo na gestão permitirão que tenhamos metas físicas maiores, inclusive em relação à fiscalização do trabalho dessas empresas terceirizadas. Conseguimos detectar, em algumas áreas, um descumprimento de contrato em torno de 30%, 20%, uma divergência com aquilo que deveria ser executado em termos de metas físicas, mas que não foram. Autuamos as empresas, chamando-as para conversar. Hoje essa desconformidade de contrato tem percentuais muito pequenos. Temos feito um trabalho grande e permanente de gestão.

Em relação à renegociação da dívida, a Prefeitura de São Paulo - junto com outras prefeituras e o Governo do Estado - propôs que o percentual de reajuste da dívida do Município fosse alterado. Hoje pagamos IGP mais 9%, e ninguém no mercado paga isso. Queremos trabalhar com o IPC, como todo mundo, como todo o mercado trabalho. O que isso representaria? Isso não traz nenhum recurso novo para o exercício orçamentário do ano que vem. Portanto, não há nenhum impacto sobre as obras que foram anunciadas. Para essas, virão recursos do PAC e contrapartidas, ou recursos orçamentários da Prefeitura de São Paulo. Isso permitiria, em longo prazo, que a dívida da Prefeitura diminuísse, na verdade, que o saldo devedor diminuísse, abrindo também um espaço de financiamentos, se a Prefeitura fosse buscar empréstimos lá fora.

Também estamos prevendo, dentro das subprefeituras, que o custeio do Gabinete possa atender os Conselhos de Representantes das subprefeituras, até porque nós reputamos que talvez na cidade de São Paulo possamos inaugurar um novo modelo de participação da

sociedade e, principalmente, de acompanhamento na gestão e na fiscalização dos trabalhos das subprefeituras e, mais do que isso, de elaboração de um planejamento futuro com o apoio da sociedade civil.

Por último, a segurança alimentar. Eu disse antes - e talvez tenha passado muito rapidamente sobre esse tópico - que prevemos para essa área 3 milhões de reais somente, porque estamos com um convênio muito grande com o Ministério de Desenvolvimento Agrário - de cerca de 42 milhões - e temos outros convênios já tabulados com o Governo Federal. Inclusive, pela primeira vez, poderemos incentivar, com recursos diretos, a agricultura urbana na cidade de São Paulo, principalmente na região de Parelheiros; na zona Leste da Cidade, pegando a região de São Mateus, e no eixo da Cantareira.

Era isso, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Nós é que agradecemos a presença do Secretário Chico Macena nesta audiência pública. Agradeço ao sempre Vereador Chico Macena, meu amigo pessoal, pela capacidade que tem para administrar as subprefeituras.

Não havendo mais inscritos, declaro encerrada a parte da audiência que diz respeito à Secretaria de Coordenação das Subprefeituras. Obrigado a V.Exa., e espero revê-lo em breve nesta Casa.

Passo a palavra ao Deputado Simão Pedro, Secretário Municipal de Serviços, que está acompanhado de diversos assessores. V.Exa. terá o tempo necessário para sua explanação.

O SR. SIMÃO PEDRO - Boa tarde a todos. Obrigado pelo convite, nobre Presidente desta Comissão, Vereador Roberto Tripoli. Cumprimento meus colegas Secretários, o Vereador Paulo Fiorilo, o Vereador Aurélio Nomura, os funcionários e assessores. Eu fiz uma apresentação para que todos tenham conhecimento do escopo da ação da nossa secretaria. Só não vou tratar do serviço funerário, e foi objeto de uma audiência pública específica aqui na semana passada.

A nossa secretaria cuida da parte de limpeza pública da Cidade com quatro grandes contratos. Eu estou acompanhado do Sr. Silvano Silvério, Presidente da AMLURB, que depois falará mais especificamente sobre a AMLURB. A iluminação pública da Cidade e o oferecimento do acesso à internet gratuita através dos Telecentros e agora através das praças digitais. Temos também sob a nossa responsabilidade o convênio com o corpo de bombeiros, nós é que administramos um convênio com o Governo do Estado para a manutenção do corpo de bombeiros na cidade de São Paulo.

As atribuições da Secretaria: estudar, planejar, programar e controlar o serviço de utilização pública de atribuição do Município; supervisionar e exercer a fiscalização central dos serviços relativos à iluminação pública e à limpeza urbana.

A Coordenadoria de Conectividade e Convergência Digital era subordinada à Secretaria de Participação e Parceria, porém com a transformação em Secretaria de Direitos Humanos, a parte dos telecentros e acesso à internet vieram para nossa secretaria desde fevereiro.

Esta Casa aprovou um projeto de lei transformando a Coordenadoria de Inclusão Digital para Coordenadoria de Conectividade e Convergência Digital. Ela é subdividida em algumas subcoordenadorias das praças digitais: a de desenvolvimento de projetos para serviços de tecnologias digitais - pensar novos projetos, aplicações; de gestão de parcerias; e assim por diante.

O orçamento previsto para este ano no gabinete, incluindo a parte da Coordenadoria de Conectividade e Convergência Digital; a parte de administração do Ilume, que é um departamento vinculado a nossa secretaria; e algumas outras ações, tem um orçamento de 62.941.000, tendo como suporte administrativo 26.841.000, dos quais 75% para o pagamento de pessoal e despesas, como auxílio alimentação e transporte.

Lembro que o orçamento deste ano aprovado pela Câmara foi em torno de 25.473.000 liquidado até o momento 73, ainda temos um espaço de liquidação a ser feito.

Para a área de informática está previsto 891 milhões neste ano. Liquidamos 500 mil reais até o momento. Incluímos no orçamento do ano que vem 10 milhões para as praças digitais e mais 25 milhões para o programa dos telecentros.

Informo que concluímos a licitação para as praças digitais, convênio com a Prodan, a Prodan já homologou as empresas vencedoras. Foram duas empresas que ganharam, cada uma, dois lotes. A nossa ideia, abrir a internet até o primeiro semestre do ano que vem, estão no contrato 120 locais na cidade de São Paulo, pelo menos um por distrito. De maneira que a gente não deixe nenhum distrito da Cidade sem uma das praças digitais. Evidentemente aqui na região do Centro, Centro expandido, pelo volume de circulação de pessoas, só na região da Subprefeitura da Sé circulam em torno de 2,3 milhões pessoas de todas as regiões de São Paulo, fora turistas, pessoas que vêm de fora frequentar a nossa Cidade.

Então para terem uma ideia nós fechamos o contrato com as duas empresas, três anos de oferecimento desse serviço por 27 milhões. Então o orçamento contempla tranquilamente o oferecimento desse novo serviço para a Cidade.

O que caiu um pouco foi o orçamento dos telecentros. Aproveito para, entrando na discussão que a Dona Maria do Socorro falou, nós pegamos quando veio o programa para a Secretaria de Serviço, em fevereiro, com o novo decreto, nós tínhamos uma rede de 350 telecentros na Cidade, dos quais 150 são telecentros diretos, aqueles que estão dentro dos CEUs, das bibliotecas públicas e algumas áreas próprias, como centros comunitários da Cohab, e um número importante de convênios com entidades em toda a Cidade.

Já em dezembro tivemos a notícia do fechamento de 20 telecentros, em janeiro mais 20. E por que o fechamento? Na assinatura, a Prefeitura repassa 16 mil reais para a entidade fazer uma adaptação do espaço, fazer o forro, dar uma reformada, fazer o banheiro, e 1.600 reais por mês para ajudar nas despesas de manutenção, IPTU, água e luz, etc. e alguma despesa administrativa.

A Administração passada autorizou as entidades a contratar também o provedor

porque o sinal da internet, na maioria dos casos, é muito fraco e desestimula as pessoas a frequentarem esse equipamento porque chegando lá o acesso é ruim, é fraco, mas todo convênio pressupõe documentação correta da entidade, pressupõe prestações de contas periódicas, pressupõe a entidade comprovar que o espaço físico é regular, pertence à entidade, mesmo sendo uma posse precária.

Os fechamentos que se deram esse ano foram em função da não prestação de contas. Por mais que seja um real, é dinheiro público e é preciso que se preste contas. Então tivemos alguns problemas a serem administrados, mas temos atualmente uma rede de 280 telecentros que não é pouca coisa. É uma rede bastante ampla cobrindo toda a cidade de São Paulo. E vamos ter mais 120 praças e a tendência que é mundial, não é só no Brasil, as pessoas acessarem a internet pelos aparelhos móveis. Essa é uma tendência muito grande.

Por isso a nossa ideia de abrir as praças e com o tempo ampliar a oferta de internet gratuita nas praças e espaços públicos além dos telecentros. Os telecentros não vão perder sua função, vão continuar tendo sua importância por muito tempo e em muitos locais.

O Corpo de Bombeiros tinha um orçamento de 33,6 milhões, vai liquidar em torno de 24,5 milhões. Então mantivemos essa proposta para o Corpo de Bombeiros. Há uma discussão se é o caso de ampliar para o oferecimento de um serviço de alimentação para o Corpo de Bombeiros. Lá atrás, quando o Corpo de Bombeiros conseguiu o vale refeição como outros funcionários públicos do Estado, o recurso para alimentação no interior dos equipamentos foi cortado. Então há um pleito, mas isso não foi previsto nesse orçamento. Então 25 milhões para o Corpo de Bombeiros.

Reembolso do serviço funerário: a lei determina que a pessoa que autoriza o transplante médico pode usufruir da isenção do pagamento dos emolumentos do serviço funerário. Mas não tem dinheiro no orçamento. Por isso que o Serviço Funerário, como já foi bem explicado aqui na audiência pública passada, tem tido um problema de déficit.

No que não temos tanto problema é no orçamento da iluminação pública, porque

aqui em São Paulo, diferente de outros municípios que começarão a fazer isso a partir da resolução da Aneel já a partir do ano que vem, nós já temos a taxa de contribuição embutida na conta de luz, seja das residências, seja dos estabelecimentos de pessoas jurídicas, comerciais, que nos dá um orçamento razoável para a manutenção e ampliação da rede.

Trata-se de uma rede grande, a maior da América Latina, com 517 mil km de rede, 20 mil transformadores, toda a extensão da cidade, 50 mil logradouros. Então uma rede bastante ampla e que cobre toda a cidade. Evidentemente, temos ainda um déficit, uma demanda que pretendemos cobrir até o semestre que vem com o final do atual contrato.

Aqui estão as responsabilidades do Ilumi: como que funciona, etc.

O custeio da taxa Cosip - 4,44 por residência, 13,79 para não residências.

Temos o programa de efficientização, que visa melhorar a força da lâmpada, para que ela ilumine melhor, para que ela economize mais recursos. Lembrando que no ano passado nós pagamos 115 milhões de conta de energia para a Eletropaulo, só de iluminação pública. E neste ano já fizemos uma economia. Vamos bater na casa dos 20 milhões. Acho que vamos pagar em torno de 90, 95, já em função do programa de metas que nós renegociamos com a atual empresa, já bastante falando, das 120 mil lâmpadas, transformando de mercúrio para vapor de sódio, que é mais eficiente e que ilumina melhor. E os 18 mil pontos que estamos implementando na cidade, não só em bairros ou ruas que não tinham iluminação, mas também naqueles pontos mais escuros que mereçam uma iluminação melhor.

Quanto à iluminação é isso. Está razoavelmente tranquilo. Ano que vem, pretendemos, já no primeiro semestre, implantar mais 20 mil pontos de iluminação pedonal, que é aquela iluminação na calçada, que já está começando a aparecer na cidade.

Para o Fundip (?), a previsão é de 279 milhões.

Aí os recursos para a efficientização: 39 milhões. Manutenção, consumo de energia, operação: 222 milhões. Ampliação: 12 milhões e 800... e 80 mil. E, para as despesas administrativas, em torno de 5 milhões, 328. Esse é o escopo do orçamento do Ilumi para o

ano que vem.

Lançamos, evidentemente, um projeto - sobre o qual já expliquei aqui na Comissão de Administração Pública - de uma concessão pública, que nós estamos chamando de *modernização da iluminação*. Num outro momento, podemos vir aqui.

Sr. Presidente, temos tempo para falar sobre a Amlurb?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Nós que o agradecemos mais uma vez pela presença.

Anuncio a presença do Sr. Laerte Brasil.

Tem a palavra a dona Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Boa tarde. Quantas vezes eu falo para vocês que, em vez de falar, ir até o setor... O telecentro, eu falo e repito, não é a falta de estrutura, não é má organização, não é nada. Infelizmente, quando a pessoa não tem conhecimento das coisas, tem que falar o que vem, o que é falado. É como eu falo: papel aceita tudo.

O telecentro foi fechado, sim. Agora, esse negócio de computador nas praças? Nós não temos praça, nós não temos nada. Nós somos do conjunto que, desde 1988, a única coisa que temos é uma AMA, uma UBS, um CEU, com muita luta, lá para o lado do Jacú Pêssego. Não temos área de lazer. Temos, sim, a (Ininteligível), o Morro, Vila Nova, Cidade Carvalho e Águia de Haia - uma ocupação desordenada. Nada temos. EMEI não existe, EMEF não existe. Temos uma escola estadual, que faz 25 anos. Temos creche, a única que foi feita, a Nosso Sonho, em 2001.

Agora eu pergunto: onde vai ser instalada essa praça móvel, se os coitados, os infelizes não têm nem o que comer? O único divertimento que tinha eram os telecentros, que a gente tinha a felicidade, porque muito jovem trabalhava... Não importa o governo, certo.

Temos, sim, é um lixão, um depósito de lixo atrás do Açaí, o mercado. Em toda entrada tem um depósito de lixo. A subprefeitura não dá a mínima. E eu digo, porque eu vou lá.

Quantas vezes não fui solicitando com ofício?

Por último, uma coisa que nunca aconteceu: mandamos um ofício lá para ele mandar um equipamento (Ininteligível) para as crianças. Simplesmente ele falou que não era possível, que não estava na data?

Quer dizer, temos quem? Uma população miserável. Muitas das crianças que passaram nas minhas mãos estão na Febem. E mora lá menina nova, com 12, 14 anos, sendo mãe. A única conquista que temos é a AMA, a UBS, o PSDF, o CEU e olhe, olhe.

É bom vocês providenciarem, porque, gente, Deus é para todos, Deus não é só para os ricos, não. A periferia também merece dignidade e respeito, e tem que ter educação, cultura. E não falo mais nem do idoso, falo dos jovens, porque o idoso, Haddad, a maioria dos governos, não querem saber da gente. Isso aí eu estou falando para todos! (Palmas) No plano de metas eu lutei. E se apareceu algo no plano de metas foi porque o Fábio Siqueira, junto com 18 pessoas, fomos a todas as audiências públicas. É vocês olharem um pouquinho. E tenho certeza de que tem pessoas boas, mas não sei o que está havendo, porque não estão fazendo o seu papel direito. Desculpas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira, que representa o Movimento de Resistência Pró-Orçamento Participativo.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA - Obrigado, Vereador Roberto Tripoli, Vereador Aurélio Nomura, Secretária Marianne Pinotti, da Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, Secretário Ricardo Teixeira, do Meio Ambiente, e o Secretário agora do debate, Simon Pedro, deputado estadual licenciado.

A questão do telecentro é realmente uma grande polêmica, e a Câmara Municipal é meio culpada por isso, porque, em 2001, existiu, e existe, porque a lei não foi revogada, a Secretaria de Comunicação, que, pela lei, é para administrar telecentro. E essa secretaria, em 2005, foi desrespeitada pela gestão do Serra, e a Câmara nada falou. E esse assunto, bem lembrado pela conselheira Socorro, foi levado à Secretaria de Participação e Parceira, que não

deu bola, como o senhor explicou, os convênios, e agora passa para a Secretaria de Serviços. São praticamente oito, nove anos e é a terceira Secretaria pela qual passa um serviço tão importante. Parece que é uma coisa jogada de mão em mão, é uma coisa muito triste.

Acredito que a população da periferia não consegue ter computador, e o Telecentro era uma diversão sadia e legítima do jovem, que ficou sem. Segundo a Socorro disse, 23 Telecentros foram fechados na região de Itaquera, José Bonifácio, Parque do Carmo - sua zona eleitoral. Quer dizer, está havendo um problema sério. E nas praças, na região de Itaquera há dificuldade de instalação conforme propõe o projeto.

Vamos agora à questão da iluminação. A Ilume teve redução de verba no Orçamento de 2014. Em 2013, seu orçamento era 286,1 milhões; e para 2014, 279,6 milhões. Caiu oito milhões de reais. Em contrapartida, a Amlurb teve orçamento aumentado para dois bilhões de reais. Creio teria de ter proporção entre os crescimentos orçamentários de cada setor. Quanto à iluminação pergunto para quem é da periferia, a iluminação está perfeita na região em que moram? Está tudo iluminado à noite? Claro que não! Inclusive pela péssima gestão do Secretário Dráuzio Barreto na gestão Kassab, ano passado. Lá de trás, já com problema. Ano passado foi considerada a pior execução de Ilume no Orçamento. Espero não se repita o trágico dado registrado. Realmente, solicitamos então aumento de verba para à iluminação.

Faço agora uma pergunta: por que na Sé e na Vila Mariana estão previstos menores números? São trinta pontos, um número dez vezes menor do que em outras subprefeituras? Claro, Itaquera tem que ser prioridade, são 300, mas não parece muito pouco em Vila Mariana, Sé, Ipiranga com 50, Lapa com 30, e isso segundo o Plano Plurianual, considerando 2014? Solicitamos então uma melhor divisão na questão da iluminação pública.

Também há outra dotação: novos pontos de iluminação pública em parques, pontos de ônibus, calçadas e faixas de pedestre. É a sua Secretaria? (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA - Vai ser? Só que para o ano que vem está zerada a dotação, a previsão é 2015. Solicitamos se é possível antecipar o programa que vai atender toda a cidade de São Paulo.

Por fim, falemos da coleta seletiva e do eco ponto. Acho importante, Secretário e Deputado Simão Pedro, dar detalhamento, pois se bem feito beneficiará as regiões mais carentes. Estão previstas, por exemplo, duas centrais de triagem, em 2014: Perus e São Matheus. Qual distrito? Se será inaugurada como está previsto, em 2014, já se sabe qual é o distrito... Sabe-se que é São Matheus e Perus, e onde serão as duas centrais de triagem?

Em relação aos ecopontos, há 22 previstos, e queremos saber qual o critério utilizado nessa divisão. Muita gente observa, Itaquera, Parque do Carmo, José Bonifácio contemplados; e o de Itaquera adiado para 2015. Queremos saber qual o critério utilizado para a priorização em 2014. Infelizmente, não houve orçamento participativo, a população não foi chamada para discutir diretamente o orçamento no seu distrito, como deveria.

Para terminar, falemos da coleta seletiva, da dotação 6006, onde estão 26 milhões, o que é muito pouco, pouco para 2014 haja vista que há dotações, comparando com contratos que atingem mais de 950 milhões, realmente na ordem de grandeza de quase 40%. Gostaríamos de saber se será aumentada a verba para a coleta seletiva do lixo, uma demanda histórica da cidade de São Paulo.

Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL - Sou Presidente Mundial da União Global Terrestre dos Trabalhadores e Empreendedores Sustentáveis das Cidades - UNIGLOBAL Terrestre do Trabalho Cidades. Primeiramente, saúdo os componentes da Mesa, a todos e a todas.

Particpei da 1ª. Conferência Nacional de Comunicações, fui eleito delegado nacional. Particpei de 45 conferências municipais e de 14 estaduais. A nossa tese baseou-se no Brasil em termos da Internet, que está na 165ª posição de país mais atrasado em

velocidade de Internet. Esse serviço precário tem causado vários prejuízos tanto para as empresas privadas quanto para os órgãos públicos. É uma Internet que só é mais rápida do que uma tartaruga, a tartaruga anda mais rápido do que a Internet.

Apresentei uma tese na conferência de mudarmos o sistema da Internet para ondas de rádio, para frequência modulada, ondas tropicais substituindo o modelo atual através das linhas telefônicas, e também pela energia elétrica. O cidadão poderia acionar a Internet através de ondas de rádio ou através da energia elétrica, seria mais rápido e suficiente.

No Plano de Metas, na audiência pública, defendi a Internet livre nas praças por meio desse sistema citado.

Primeiramente, saúdo o Secretário e a Prefeitura por implantarem o sistema, mas está ainda atrasado. Cerca de 3% dos munícipes tem acesso à implantação. E eu pergunto ao Secretário: se o ministério, a comunicação com o Governo Federal e a Prefeitura, há algum projeto para implantar, para viabilizar o sistema com energia mais rápida para que toda população tenha acesso e as empresas poderem desenvolver melhor seus serviços?

O nosso país está atingindo, será a sétima economia do mundo, o Brasil não investe, o Orçamento da União não investe em Ciência, em Tecnologia nem mesmo o Orçamento da Prefeitura do Município de São Paulo. Por exemplo, o Brasil não tem hoje capacidade de projetar uma caixa de telefone celular e lançar um foguete, um satélite.

Era isso que eu tinha dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Muito obrigado, Sr. Laerte.

Peço agora que o Sr. Secretário responda a Sra. Maria do Socorro, Fábio Siqueira e Laerte Brasil.

O SR. SIMÃO PEDRO - Fábio e Maria do Socorro, a questão do llume, o que nós fizemos? O Orçamento do llume não diminuiu. Você executa aquilo que arrecada. Não podemos executar, gastar mais do que o fundo propicia. Então, vai entrando receita e vamos

gastando. A previsão para o ano que vem, baseado em estimativa de crescimento da receita, será em torno de 279 milhões. Esse dinheiro não pode ser usado em outra coisa, é só para iluminação pública, para manutenção, projetos especiais para iluminação, remodelação e ampliação do parque.

É bom explicar que renegociamos o atual contrato com a SPLuz, conseguimos desconto de 20,8% e repactuamos as metas. O contrato quando assinado há dois anos, previa implantação de 15 mil pontos novos. Quando nós assumimos em janeiro havia sido executado cinco mil. Previa a troca de cinco mil lâmpadas de mercúrio para vapor de sódio, dentro do processo de eficiência. Havia sido feito apenas 70 mil, nós então repactuamos, 18 mil pontos até o final do ano, mais 120 mil. Isso tem sido executado - embora a negociação tenha sido feita em maio, junho, porque o contrato terminava em junho, prorrogamos até junho do ano que vem, e lançamos edital para novo contrato dentro de programa amplo de modernização, de novas tecnologias, de ter um centro de controle operacional, que não temos. Para ter uma ideia, hoje, recebemos cerca de 30 mil ligações no Ilume. Muitas delas não têm a ver com a iluminação, está faltando energia, mas o número é conhecido... Mas esse é o único meio de o Ilume ter de saber se há problema, infelizmente. A nossa ideia então é ter o Centro de Controle Operacional e lançamos o novo edital. Estamos no momento das empresas, 37 empresas credenciadas vão nos apresentar estudos até meados de janeiro, vamos fazer o processo de licitação. Espero que até o final do semestre que vem.

Estamos executando um programa nunca antes feito na cidade, são 120 mil lâmpadas de sódio no lugar de mercúrio, significa uma Manaus inteirinha e isso num período de poucos meses. E são 18 mil pontos. Você conhece bem a Vila Bela, em São Matheus, e outros bairros que receberam nova iluminação, uma boa iluminação, e tiramos o Ilume. O Ilume era o primeiro lugar em reclamações, em janeiro, na Ouvidoria e passou para novo lugar, em agosto. Tiramos o Ilume de uma situação ruim com o lançamento de um programa de modernização.

Em relação à Amlurb, o Presidente está aqui, ele pode a qualquer momento explicar maiores detalhes, ampliamos dois convênios. Havia dois convênios com cooperativas, ampliamos mais dois, ano que vem, vamos fazer mais três centrais comuns. Estamos prestes a assinar acordo com o BNDES, e eles não gostam de falar “a fundo perdido”, recursos não reembolsáveis de 40 milhões para investir nas atuais cooperativas, para que possam ter uma melhor capacidade. Negociamos por meio de Contrato de Concessão a implantação de quatro novas grandes centrais, que vão revolucionar o sistema de coleta seletiva e reciclagem na cidade, duas previstas para estarem funcionando em maio do ano que vem.

Para ter uma ideia, hoje, coletamos e reciclamos 200 ton. ao dia, nas 22 cooperativas. Só nas duas, ano que vem, vamos ter mais 500 ton. ao dia, é triplicar e até 2016 quintuplicar, chegar a 10%, que é uma meta ousada, mas plenamente factível e sem colocar recursos do Município de São Paulo, pois já são recursos das empresas, daquilo que pagamos pela concessão com dinheiro mensal. Acertamos então em termos de meta.

É bom lembrar que temos coleta seletiva dentro do contrato da coleta de 36% a 40% dos domicílios, 60% dos domicílios residenciais não têm coleta seletiva; em 75 distritos têm; em 21 distritos não têm. Nosso projeto é ampliar para toda cidade. Estamos fazendo uma discussão com o setor privado - Srs. Vereadores - porque a Lei Nacional dos Resíduos Sólidos começa a funcionar ano que vem. E fizemos a Conferência este ano - acho que você participou no Anhembi - e ela nunca foi feita. Eu moro na cidade de São Paulo há 35 anos e nunca se discutiu coletivamente o tema do lixo, dos resíduos.

Fizemos a Conferência com oito mil participantes em todo processo, fizemos uma por subprefeitura, afora as temáticas. Então não é justo dizer que não houve debate, que não houve participação. Afora isso, o movimento nacional, as cooperativas têm intenso diálogo com as secretarias, com a Amlurb.

Quanto à logística reversa, a lei nacional diz que a responsabilidade é compartilhada entre poder público, sociedade e empresas privadas que geram resíduos.

Estamos discutindo com a Sempre, com a indústria têxtil, com a indústria do vidro como vão participar. Do nosso ponto de vista, têm de participar do processo de coleta seletiva, do custeio, que é muito alto, e a cidade banca. Temos coleta seletiva e pagamos por ela, pagamos às cooperativas, os nossos convênios pagam cerca de 30 milhões por ano. Mas não é justo que a cidade, que o Município de São Paulo arque sozinho, então o setor privado tem de entrar. Então, a Amlurb está negociando com o setor privado acordos setoriais para implantarmos a logística reversa, que é um dos princípios fundamentais da lei dos resíduos, para que funcione bem e possamos avançar.

Começamos também o processo de reciclagem dos orgânicos. Todos sabem que 52% dos resíduos são orgânicos. Começamos pelo processo de reciclagem das feiras, para diminuir o volume dos aterros; pretendemos fazer reciclagem nas 880 feiras semanais, com os recursos da concessão que já pagamos, transformando em composto e assim por diante. Nesse aspecto a Amlurb está tocando bem.

Em dezembro vamos apresentar novos planos para cidade, um novo plano para a gestão de resíduos, pois não temos; um plano de gestão ambiental; e um plano de coleta seletiva e reciclagem. Então é um dinheiro, custa muito para a cidade os recursos da cidade destinados à limpeza, mas estamos tentando dar mais eficiência e também adaptar São Paulo a nova legislação nacional, que é uma legislação moderna, tira todo peso do Município de São Paulo, que hoje se responsabiliza sozinho por todo o sistema de limpeza, inclusive das coletas seletivas.

Queremos continuar investindo, mas precisamos ter apoio do setor privado que pela lei nacional tem de se responsabilizar. É assim no mundo inteiro, tem que fazer a sua parte. Espero que avancemos nesse sentido, o mais breve possível.

Agora é só para lhes dizer que temos uma rede de telecentros muito ampla, ela cobre toda periferia. É impressionante o mapa dos telecentros da cidade, e estamos acrescentando mais 120 praças nas quais vamos oferecer, com qualidade, sinal de Internet. E

não estamos fechando, são 280 telecentros que vamos manter, inclusive nos CEUs, nas bibliotecas públicas, nas Cohabs.

Fui um dos maiores incentivadores dos telecentros na Gestão Marta, sou defensor do *software* livre pra ampliar o acesso. Fui premiado, este ano, com o Prêmio Inclusão Digital da revista *A Rede*. E vamos avançar na oferta de Internet gratuita para a nossa população porque esse serviço não havia, e passará a ter agora, em dezembro, e vamos ampliá-lo ano que vem.

Brevemente, vamos discutir com a Câmara - Deputado... Vereador Roberto Tripoli - como ampliar além das 120. (Pausa) Eu não sei se estou promovendo, pois me parece que Vereador tem mais importância e poder no nosso sistema.

Gente, é isso. Agradeço a atenção e deixo aos Vereadores a explicação do nosso orçamento. E para aqueles que tiverem interesse - Fábio, se você quiser... - deixo a vocês aqui. Mas não quero atrapalhar, sei que há secretários esperando e vereadores também.

Muito obrigado pela atenção e pela oportunidade.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Nós agradecemos a atenção do Secretário Simão Pedro, de Serviços, que sempre que convidado vem a esta Casa prestar esclarecimento sobre o Poder Executivo. Muito bem-vindo, Deputado. Prazer em revê-lo. Também agradeço toda a Assessoria que o Deputado e Secretário trouxe.

Tem a palavra a Sra. Marianne Pinotti, Secretária da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, que terá um tempo de cinco a dez minutos para expor o orçamento da Secretaria.

As inscrições estão abertas.

A SRA. MARIANNE PINOTTI - Boa tarde a todos. Queria cumprimentar a Mesa, os Vereador Tripoli, Fiorilo e Nomura; os meus colegas Simão Pedro e Ricardo.

Queria dizer duas palavras a respeito da missão da Secretaria Municipal da Pessoa

com Deficiência e Mobilidade Reduzida, criada há alguns anos, e que vem fazendo um trabalho muito importante na cidade, muito voltado para as questões de acessibilidade arquitetônica e acessibilidade de movimentação na cidade. Secretária que, a partir do Governo do Prefeito Fernando Haddad, passou também, na nossa gestão, a cumprir um trabalho voltado para as questões sociais da cidade.

Em abril, o Prefeito assinou a adesão ao Plano Nacional das Pessoas com Deficiência, o plano *Viver sem Limite*, que engloba o trabalho de 18 ministérios, com possibilidades de trazer programas, ações e recursos para a cidade para beneficiar a vida das pessoas com a deficiência.

A partir da adesão ao plano, começamos a construir o nosso plano, o *Plano Municipal de Ações Articuladas para a Pessoas com Deficiência, Plano São Paulo Mais Inclusiva*, que vai ser lançado no dia 13 de dezembro. Todos estão convidados.

Esse plano foi construído através da pactuação com 19 secretárias visando à propor ações para as pessoas com deficiências em cada uma delas. Foi um trabalho muito interessante que fizemos nos últimos três meses, e o plano vai englobar mais de 70 ações voltadas para as pessoas com deficiência nas diferentes secretarias do Município de São Paulo.

A nossa secretaria cumpre um papel de articulação, um papel de secretaria meio, que leva as demandas, vê as necessidades e constrói as políticas públicas para as pessoas com deficiência, e nas outras secretarias também. Mas a nossa secretaria tem algumas missões que ela mesma cumpre, e isso está no orçamento, que eu vou mostrar rapidamente e resumidamente para os senhores.

O nosso orçamento é de 17 milhões e 421 mil reais, dividido da seguinte forma: administração da unidade, com 8 milhões e 100 mil; manutenção do sistema de informação e comunicação, com 359 mil; organização e manutenção do *Censo Inclusão*, que estamos refazendo e melhorando este ano; operação e manutenção do Conselho Municipal da Pessoa

com Deficiência, com 1 milhão e 800 mil; capacitação, formação e aperfeiçoamento de trabalhadores nas diferentes áreas da cidade, como saúde, educação, voltados para a questão da pessoa com deficiência; operação e manutenção da Central de Intérprete de Libras, que é um vitória muito importante, uma promessa da Prefeitura de outras duas gestões, e que não foi executada, então foi um presente que o Prefeito Haddad nos deu, que foi montar finalmente a Central de Intérprete de Libras para as pessoas com deficiência auditiva na cidade. Isso soma o nosso orçamento de 17 milhões e 421 mil.

Do orçamento, não vou entrar em todos os detalhes; mas queria mostrar as oportunidades que tivemos.

A Central de Libras, que é o maior investimento da Secretaria, e que vai investir 6,5 milhões de reais em 2014 em toda a questão tecnológica de organização dessa central e, principalmente, nos recursos humanos, na mão de obra especializada, que soma 5 milhões e 600 mil reais no ano de 2014, que é o maior investimento.

Temos várias ações e parcerias com a Secretaria de Planejamento, principalmente na formação de servidores da educação e da saúde, com olhar para questões da pessoa com deficiência, o que é uma mudança de paradigma importante na nossa cidade. Também todas as oficinas de fomento à participação da criança com deficiência, principalmente na questão do brincar. Isso, junto com a Secretaria de Cultura, com a Secretaria de Esporte. São várias ações nesse sentido.

A partir da assinatura da adesão ao plano *Viver sem Limite*, temos as oportunidades de parceria com o Governo Federal.

Uma delas já foi apresentada, a questão das calçadas, com o Secretário do Turismo. O Secretário Chico Macena teve uma participação importante para trazer esse recurso de 20 milhões para fazer calçadas.

Essa é outra parceria que temos e que visa capacitar o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Vamos capacitar os conselheiros em cursos sobre a convenção dos

direitos da pessoa com deficiência, nessa parceria com o Governo Federal.

O Governo Federal doou materiais para montarmos a nossa Central de Intérprete de Libras, através de cuja parceria recebemos carro, mesas e computadores. E a parceria com o Ministério do Turismo, através do plano *Viver sem Limite*, para as calçadas - algo que o Secretário Macena também já colocou aqui hoje.

Além disso, em parceria com a CET, estamos construindo rotas acessíveis para pessoas com deficiência visual e semáforos sonoros em algumas regiões da cidade. Seriam 50 unidades em 2014, 50 em 2015 e 25 em 2016.

Basicamente é isso.

Todos estão convidados para o lançamento do plano, que será realizado no dia 13 de dezembro, em local ainda não definido, mas provavelmente no Centro.

O plano conta com o trabalho de todas as secretarias, praticamente, 19 secretarias, e vai ter mais de 70 ações voltadas para as pessoas com deficiência nos próximos três anos em toda a Prefeitura da cidade de São Paulo.

Era isso o que eu tinha para apresentar. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Tem a palavra o Sr. Allan Carvalho, do Fórum de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

O SR. ALLAN CARVALHO - Boa tarde a todos, Sr. Presidente, Secretários, Vereadores, demais presentes.

A questão que eu trago, também por fazer parte da articulação dos fóruns de transparência, participação e controle social, não é específica à pasta da Secretária, mas pelo fato de o público atendido também ser o público objeto de ação da Assistência Social, é que eu escolhi, já que a audiência é assim organizada, esse momento para formular, porque ela diz respeito à construção de um processo harmônico na elaboração do orçamento, da democracia participativa com a democracia representativa.

O Vereador Aurélio colocava a questão do orçamento com relação ao Conselho

Participativo Regional, Local, e o que o orçamento não estaria contemplando.

Mas tem uma questão que ainda precede: os conselhos que têm caráter deliberativo na cidade, sucessivamente, através dos anos, não têm sido respeitados nessa atribuição de deliberar pelas políticas públicas das suas áreas - embora sejam paritários, e embora tenham a participação dos agentes do governo das diversas secretarias. E aí eu destaco o Conselho Municipal da Assistência Social, que, pela lei federal, inclusive reconhecidamente pelo Tribunal de Contas da União, tem atribuição de aprovar a proposta orçamentária encaminhada para esta Casa pelo Executivo.

Há algum esforço, algum empenho, por parte da Comissão de Finanças desta Casa nessa perspectiva de avançarmos no respeito a esses espaços da democracia participativa? E como que articulamos as políticas de forma intersetorial, como preconiza a Assistência Social, pensando, aí especificamente, na Assistência Social e na Pessoa com Deficiência? Esse plano municipal foi apresentado ao Conselho da Assistência Social? Ainda há tempo para articular isso, para que possamos avançar? E, em vez de haver um conflito e um confronto nos espaços de democracia representativa com a participativa, que a gente possa harmonizar esse processo, garantindo que esses conselhos que têm acúmulo, que têm todos os movimentos sociais por detrás, todo um processo histórico de construção, possam influir mais claramente e objetivamente nos orçamentos, em que pese o advento do Plano de Metas, que vem também somar nesse sentido.

Obrigado. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Aurélio Nomura.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL - (Ininteligível) a presença da Secretária Marianne Pinotti.

Aliás, uma parte importantíssima e essencial para o cidadão. Mas, infelizmente, um dos menores orçamentos. Nos 85 países mais desenvolvidos do planeta, o cidadão, se está desempregado, tem direito a vale-transporte e a dois vale-refeições para poder procurar

emprego. O cidadão, aqui na cidade de São Paulo, se fica desempregado, tem que andar a pé. Mas eu não vou pontuar o nosso companheiro que nos antecedeu. Mas só para ter uma ideia.

Em 2012, 10 mil cidadãos perderam a vida em acidente automobilístico. Temos um sistema de trânsito mais violento do planeta. A cidade de São Paulo é uma das mais violentas entre todas as cidades do planeta. E desses 10 mil, cerca de 38 (?) mil estão em cadeira de rodas, dando um prejuízo ao sistema único de saúde de mais de 6 bilhões por ano.

Em 2014, a cidade de São Paulo vai receber a abertura do mundial de futebol. E está previsto de passar aqui na cidade mais de um milhão de turistas - tanto de países exterior e também dos estados da República. E, dessa quantidade, cerca de 15 a 20% são cidadãos portadores de “acessibilidade” física e visual. E fizemos um estudo, uma pesquisa aqui na rede hoteleira da cidade de São Paulo, e cerca de 98% não tem infraestrutura para atender o cidadão com “acessibilidade visual”.

Debati em várias audiências públicas se a Secretaria da senhora tem alguma intervenção junto à rede hoteleira para ampliar esse trabalho? Como que está hoje?

Era o que eu tinha para dizer. Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira, do Movimento de Resistência Pró-Orçamento Participativo.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA - Obrigado, Vereador Aurélio Nomura. Saúdo a Secretária Marianne Pinotti mais uma vez, bem como o público presente, os conselheiros, especialmente a conselheira Alcione Maria Lourenço, nossa conselheira do Orçamento Participativo, e também do CMPD, que infelizmente não pôde vir hoje, em razão da chuva, mas certamente quer participar e é uma das maiores batalhadoras dessa área.

Secretaria de Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida.

Inicialmente, vamos ao orçamento de 2013.

Infelizmente, por infração da Secretaria de Planejamento à legislação vigente, só temos o orçamento de agosto aqui para debater com V.Exas. Infelizmente, o Sempla se nega a

cumprir a lei, e a Câmara não pode deixar barata essa infração - não colocar nem mesmo o orçamento de outubro na internet, sendo que estamos encerrando o mês de novembro.

Nesse sentido, o orçamento para este ano é de 12,9 milhões de reais. A execução liquidada até 31 de outubro, ou seja, 2/3 do ano, 4,8 milhões de reais. Quer dizer, está abaixo. E empenhado tem 6,1. Bastante abaixo, considerando a média de 2/3 do ano, que teria que ser praticamente em torno de 9 milhões de reais pelo menos empenhado, e estão empenhados 6 milhões. Gostaríamos de ter dados atualizados em relação a isso.

Fazendo uma interface entre o orçamento deste ano e o orçamento do ano que vem.

No orçamento deste ano temos uma dotação bastante importante chamada ações de acessibilidade: 93,12. Essa dotação não está no orçamento de 2014. Então eu gostaria de saber para onde foi essa dotação, porque, por uma péssima técnica legislativa e de gestão pública, Sempla está fundindo importantes dotações, algo já até matéria de jornal no mês passado. E isso é péssimo, porque viola a transparência. Você ter um monte de dotação geral numa mesma cumbuca. É muito triste esse tipo de coisa. É lamentável que uma dotação importante como *ação de acessibilidade* desapareça no ar. Então gostaríamos de saber o que aconteceu.

Até em homenagem à grande lutadora, a conselheira Socorro, ao China, à região de Itaquera: tem uma emenda parlamentar da sua Secretaria, Emenda 2686, que visa instalação de *playground*, inclusive no Parque do Carmo, Subprefeitura de Itaquera, no valor de mil reais.

Foi atendida essa dotação? Ficará para o ano que vem? Porque emenda parlamentar não pode ser uma fábrica de faz de conta, porque consta do orçamento. Se a emenda é só para constar, é melhor acabar. Então, pelo visto, não foi executada nada dessa demanda.

Para encerrar, menciona a administração do CMPD - Conselho Municipal da

Pessoa Deficiente.

Só foi executado até agosto 42,5%. Gostaríamos de saber por que a execução está baixa. E, por outro lado, quero saudar a Secretaria pelo aumento da dotação para o ano que vem, porque a dotação, de 1 milhão e 800, praticamente se multiplica quatro vezes. De 423 para 1 milhão, 807. Esperamos que esse valor seja executado.

E, de novo, a crítica ao Planejamento de tirar o nome CMPD. Hoje, a dotação se chama *Operação e Manutenção dos Conselhos e Espaços Participativos Municipais*. Quer dizer, o leigo não sabe o que isso significa na sua Secretaria CMPD. É um verdadeiro desrespeito à população de São Paulo. A Sra. Leda Paulani tem que ser chamada para explicar por que ela está desrespeitando a cidade de São Paulo, colocando dotações e tirando nomes históricos que existem há 30 anos nos conselhos municipais. Isso é um desrespeito. E a Sempla merece uma vaia por esse desrespeito à população de São Paulo.

Quesito: ações de acessibilidade. Só para constar: a execução orçamentária foi de apenas 37%.

Também registro a questão da operação e manutenção da *Central de Libras* com estranheza, pois vimos que o orçamento está pulando para 6,5 milhões de reais, só que parece que não houve execução dessa dotação no ano de 2013. Até agosto, zero.

Inclusão de pessoas com deficiência em diversas atividades: de janeiro a agosto, zero real liquidado.

É um erro de Sempla ou um erro da sua Secretaria? Porque estamos com o relatório de Sempla aqui. Na página 52, diz que foi executado zero até agosto nesses dois tópicos. Então queria saber se isso é real ou se são equívocos, dos vários que existem, da gestão de Sempla neste ano. E Câmara Municipal, olho em Sempla, porque a situação está bem difícil.

Lembrando: manutenção da *Central de Libras* e inclusão da pessoa com deficiência em diversas atividades. São cinco tópicos, e, até agosto, zero executado, inclusive com verbas

importantes. E se se propõe a aumentar no ano que vem, por que não executou o que existe?

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Tem a palavra a Secretária Marianne Pinotti.

A SRA. MARIANNE PINOTTI - Obrigada, Vereador Nomura. Vou começar respondendo as questões do Sr. Alan sobre o Conselho de Assistência Social. Na verdade, a gente tem o nosso Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência, que é a sociedade civil controlando as ações da Secretaria. Temos trabalhado paralelamente ao Conselho e atendido todas as demandas na medida do possível.

O Plano Municipal das Pessoas com Deficiência foi apresentado para o Presidente do nosso Conselho, então estou à disposição para apresentar o Plano aos outros Conselhos, se for convidada para isso.

Respondendo as questões do Sr. Laerte Brasil, o orçamento da Secretaria da Pessoa com Deficiência é pequeno, mas a nossa Secretaria é de articulação, ou seja, a gente tem a função de fomentar as questões relacionadas às pessoas com deficiência, em todas as outras Secretarias que permeiam a Prefeitura de São Paulo e também nas Subprefeituras, levando os problemas e as possibilidades de solução aos portadores de deficiência, no território em que vivem.

Então, a gente está tentando cumprir a missão de trabalhar articuladamente, um trabalho intersecretarial, porque no caso de se tratar da pessoa com deficiência é fundamental que as coisas avancem. O trabalho com a rede de proteção social, que é assistência social, saúde, educação, talvez seja o nosso trabalho mais importante e fundamental para melhorar a vida das pessoas com deficiência na cidade de São Paulo.

Quanto à acessibilidade na Copa do Mundo, temos trabalhado muito para isso. A gente faz parte da Comissão da SP Copa, estamos trabalhando a questão de acessibilidade nos hotéis a pessoas com deficiência visual, física, porque os hotéis deveriam ter, pelo menos,

2% dos apartamentos acessíveis para as pessoas com deficiência, em geral: auditiva, visual, física e intelectual.

Uma ação efetiva nossa foi trazer o recurso do Ministério do Turismo para criar acessibilidade em pontos turísticos da Cidade. A gente escolheu a região central, onde haverá a Fanfest, para fazer essas calçadas novas, junto ao Secretário Chico Macena; também a região de Itaquera, para justamente gerar acessibilidade naquela área do Itaquerão.

Então, não vai chegar à perfeição, mas acho que avançaremos bastante até a metade do ano que vem.

Respondendo às questões do Sr. Fábio, a gente tem construído o orçamento do ano que vem com base no que a gente considera ideal para trabalhar nessa grande articulação com as questões das pessoas com deficiência.

A Central de Libras foi congelada ano passado, por isso que não foi executado nada. Aliás, já está congelada há seis anos, então a promessa do Sr. Prefeito é de que a Central voltará a funcionar em 2014, e será um avanço muito importante para as pessoas com deficiência auditiva, que têm dificuldade de comunicação na Cidade, principalmente no acesso aos serviços públicos: saúde, educação, para resolver questões de documentos, etc. A dificuldade dessa população de falar com o setor público é muito sofrível.

Então, para iniciar, a gente está selecionando, além de todas as Subprefeituras, os centros de saúde, pronto-atendimentos. A gente gostaria que essa tradução fosse feita pessoalmente nos hospitais, e não através de internet, como propõe a Central de Libras. Para isso, a gente vai precisar de um orçamento um pouco maior para contratar intérpretes nos hospitais. É uma construção complexa, mas tenho certeza que a gente vai ter essa vitória importante em 2014.

Quanto à inclusão da pessoa com deficiência, fizemos várias coisas. Na verdade, houve uma ação da SPTuris na questão de inclusão que também foi congelada. Mas fizemos vários eventos, dentre os quais foi o Circo do Marcos Frota, que trouxe uma sensibilização para

as questões das pessoas com deficiência.

Mas eu considero que o Plano Municipal das Pessoas com Deficiência seja mais importante do que qualquer evento. Esse Plano foi compactuado com cada uma das Secretarias; promove ações de política pública voltada às pessoas com deficiência. Em breve, vamos disponibilizar pela internet uma cópia desse Plano, com mais de 70 ações pactuadas nas Secretarias.

Ao contrário do que pensam, não vamos às Secretarias para cobrar, mas para levar uma proposta de ações concretas para as pessoas com deficiências, pensando no Plano de Metas daquelas Secretarias, para não acrescentar ações mais difíceis de realizar. E de todas as Secretarias que fui, voltei com mais ações do que quando fui, ou seja, a sensibilidade dos Secretários foi de aumentar a nossa proposta, não de diminuir ou criar dificuldades.

Acredito que esse Plano vai nos trazer muitos frutos interessantes nos próximos anos, inclusive nessa ação principal da Secretaria, que é a ação territorial voltada às pessoas com deficiência da Cidade.

A emenda não vem para mim. Na verdade, ela está dotada para a pessoa com deficiência, mas é encaminhada para a Subprefeitura. Vou averiguar e te dou uma resposta.

O Parque do Carmo está com problema de acessibilidade. No projeto da Subprefeitura, tem um projeto de reformas. Vamos nos lembrar de instalar o parque de diversões com acessibilidade. Vou falar com o Subprefeito.

Espero que eu tenha respondido todas as questões. Agradeço muito pelo espaço para discutir as nossas questões, que vão permear o ano de 2014.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Agradeço a Secretária Marianne Pinotti.

Vou suspender os trabalhos por alguns minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Aurélio Nomura.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Convido o Sr. Mario Schmidt, que é o

Secretário-Adjunto da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras. Com a palavra o Sr. Mário Schmidt, representando o Secretário Osvaldo Spuri.

O SR. MÁRIO LUIZ SANDOVAL SCHMIDT - Boa tarde, Srs. Vereadores Aurélio Nomura e Paulo Fiorilo, Secretários, Secretárias e demais presentes.

Nossa apresentação está bastante resumida e peço ajuda à Antonia para fazer essa breve exposição.

- A Sra. Antonia passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

A SRA. ANTONIA - Boa tarde. Quero cumprimentar a Mesa, os Vereadores e todos os presentes. A proposta orçamentária da Secretaria foi baseada em todos os preceitos usados por todos, mas achamos importante mencionar para lembrá-los.

Existe uma lei federal que regulamenta toda proposta orçamentária. Toda nossa proposta está compatível com o Plano de Metas - é importante destacar. Os nossos critérios foram a legislação, a responsabilidade fiscal - porque obviamente não podemos propor realizar mais obras do que o Orçamento comporta. Devemos manter o equilíbrio orçamentário, dar prioridade a todos os serviços para atender a comunidade, melhorar a qualidade de vida na nossa Cidade, dar prosseguimento ao que já temos de obra em andamento para não desperdiçar recurso público e fazer manutenção do que já existe para não ter prejuízo dos investimentos antes realizados.

Com relação às receitas, para que elas não acabem ficando isoladas para as Secretarias, a Siurb vai contribuir com a receita total da Prefeitura com esses valores oriundos - o bloco de cima - de convênios com o PAC, fora o último. Então, a partir de corredores e viário sul, a gente tem previsto receber, para o próximo ano, um bilhão e 148 milhões de reais; para drenagem, mais 758 milhões; para o autódromo, 140 milhões e uma perspectiva de 200 milhões para o Piritubão - se realmente a candidatura de São Paulo avançar. Esse último é uma previsão, não é ainda uma certeza e todos os outros são convênios assinados ou em fase final de assinatura.

Temos também os recursos que vêm da parte de concessionárias, porque é a Secretaria que faz a fiscalização das obras de saneamento, de gás e de telefonia. Isso gera uma receita de três milhões prevista para o próximo ano. A despesa prevista da Secretaria não coincide necessariamente com a receita, porque a Prefeitura soma toda receita prevista e redistribui entre as Secretarias.

Por isso nossa proposta para 2014 é composta de 51 milhões para as despesas correntes, sendo 25 - arredondando - para a parte de pessoal, o quadro próprio da Secretaria e mais 25 para as outras despesas correntes, como manutenção de prédio, frota, aluguel, enfim, esse tipo de coisa. E a parte que importa, as despesas de capital, os investimentos estão orçados em três bilhões e meio de reais - já vamos entender sua composição.

Também é importante entender que esse recurso da Secretaria não está totalmente vinculado à própria Siurb. A gente está trabalhando com três órgãos executores orçamentários que são: Siurb, também a gente tem previstos 80 milhões vindos do Fundo de Saneamento e mais 256 milhões do Fundurb. Com isso a gente soma o total de três bilhões e meio, que representa 7% do Orçamento da Prefeitura.

Separando por fonte, dá para entender por que a gente conseguiu chegar a esse número alto e viabilizar tantos investimentos para o ano que vem. Desses 3,6 bilhões; 2,2 são recursos federais - são aquelas receitas mostradas anteriormente. Esse é um esforço muito grande que a Prefeitura está fazendo para aumentar o investimento nas obras de mobilidade e de drenagem, visto que a gente tem muitas áreas para atender - como já foi falado aqui - com Orçamento próprio da Prefeitura. Por isso, dada a insuficiência em atender todo mundo com recurso municipal, a gente está buscando esses recursos e prosperando. A maior parte dos recursos têm contratos já assinados com o PAC.

Apenas para descrever; são 380 milhões - arredondando - do Tesouro; 2,2 bilhões de recurso federal - como já falei -; mais dez milhões previstos de transferência estadual e 980 milhões de recursos vinculados, que é Operação Urbana e os dois fundos já mencionados,

Fundurb e Fundo de Saneamento.

O nosso investimento - esse dinheiro todo - será gasto em quatro programas. O primeiro se refere à drenagem. Dessa parte, temos 800 mil atrelados diretamente à Siurb, mais 80 do Fundo e mais 230 milhões do Fundurb. Nesse caso estão misturados os recursos municipais e federais. Dá um total de um bilhão e 147 milhões; sendo que esse programa de drenagem tem mais algumas ações em outras Secretarias. Vocês podem reparar que a gente não responde por 100% do programa, mais a maior parte, isto é, 87,5%.

Na mobilidade urbana a gente tem 1,4 bilhão da Siurb, mais 26 milhões do Fundurb e isso representa, no total desse programa, 26%, porque a gente tem muitas obras de mobilidade em outras Secretarias, por exemplo, a de Transportes.

Existe o programa de Promoção da Cidade como centro de evento e destino turístico, onde teremos o autódromo e também o Piritubão que por enquanto é uma perspectiva, mas em termos de Orçamento, a gente tem de planejar para que ela prospere. Depois requalificação e promoção da ocupação dos espaços públicos, que são as operações urbanas. Então, há, praticamente, 600 milhões de operação urbana. Já vou detalhá-las. Com relação à parte Administrativa - como mostrei anteriormente -, está dando 45 milhões. No quadro está pequenininho, mas existe um detalhamento da proposta.

Da parte da drenagem, a gente tem esse valor distribuído em três dotações; uma delas é o Centro de Gerenciamento de Emergência, que faz principalmente as previsões meteorológicas e isso é muito importante agora nessa época de chuva para a gente poder fazer o planejamento das ações. E as obras de drenagem que a gente vai mostrar mais à frente quais as obras previstas. E também as obras de combate à enchente e alagamento que são obras pontuais. Neste ano, temos o programa de redução de alagamento. Também vou mostrar o *status* dele.

Na parte de mobilidade urbana, a gente tem a implantação e a requalificação de corredores com quase 800 milhões. Essa é uma ação forte da Prefeitura. A construção da alça

do Aricanduva que faz parte do plano de metas, a construção da Ponte Raimundo Pereira de Magalhães, o Complexo da Nova Radial que pretendemos concluir o que foi começado há tantos anos, implantação e requalificação de terminais, o viário Sul que também são corredores e mais as intervenções do viário. Depois o autódromo como já falei, o Piritubão, as operações urbanas e a administração da Secretaria.

Em termos de metas físicas elas estão bem coincidentes, mas fiz questão de repetir para demonstrar isso, com as dotações, com esses valores que estamos prevendo. Trabalhamos na Secretaria com SPObras, que é uma empresa vinculada e a Siurb. Uma parte dessas obras vão ser feitas diretamente pela Siurb, outra parte pela SPObras e aí dá para ver essa separação.

Especificamente sobre a drenagem, essas são as bacias que estão no plano de metas que vamos atender. Algumas delas já com obras em andamento, outras em fase de licitação de obra, algumas em preparação da licitação e somente a última que ainda está em fase de contratar o projeto. O restante já bem avançado.

Na parte de mobilidade, os corredores e terminais são esses. Os cinco primeiros estão em fase de licitação. Do empreendimento um ao 15 estão todos contratados, alguns iniciando este ano. Já temos obras em andamento em um ou dois deles.

Em relação ao PPA estamos demonstrando a previsão para os outros anos dessas ações todas. Estão separados por dotação, mas no fundo é a continuação de tudo o que está previsto, o que começamos este ano, vamos continuar no ano que vem e concluir nos demais anos.

Aqui agrupado por programa para facilitar a visão geral. Basicamente é isso. Estamos à disposição para tirar dúvidas e ouvir contribuições. Espero ter dado um bom panorama do que pretendemos fazer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Obrigado. Consulto a assessoria com

relação aos inscritos.

O SR. PAULO FIORILO - Antes de passar aos inscritos, a título de informação, o Fábio levantou a questão da execução orçamentária que a Secretaria disponibilizou em agosto. Há duas consultas, uma em agosto e outra na data de hoje, 24 de novembro. Está extremamente atualizada.

Sugiro, inclusive, ao Fábio dar uma olhada na planilha que tenho na internet.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO FIORILO - Acabei de abrir: 24 de novembro. Eu te mostro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA - Boa tarde a todos e todas, Vereador Nomura, Vereador Fiorilo, representante de Siurb e de outras secretarias, aproveito o ensejo para perguntar se o representante de Transportes veio, porque pela segunda ou terceira vez a Secretaria de Transportes é convidada, se não vier gostaríamos de uma nova data.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA - Transporte está aí e Meio Ambiente também. Parece que o Secretário de Siurb chama Osvaldo Spuri, pergunto qual a razão dele não ter vindo prestar contas diretamente do orçamento de Siurb que, aliás, é um orçamento que está na casa de 3 bilhões de reais, uma das secretarias com maior orçamento.

Em relação à execução orçamentária de 2013 dados estranhos começam a ser apontados. Por exemplo, a drenagem do Córrego Aricanduva com verba inicial de 4 milhões de reais. Até agosto não tem nada executado e no orçamento do próximo ano as drenagens foram agrupadas e, portanto, não se consegue saber nem mesmo qual drenagem vai entrar em cada orçamento.

Então é lamentável, de novo, que as dotações tenham sido fundidas a exemplo do que foi falado pela Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. O Córrego Aricanduva é uma obra grande, importante e pelo visto se a informação neste ano é difícil, no

ano que vem não haverá praticamente. E é importante sabermos, obra por obra, o que está acontecendo.

Canalização do Córrego Ponte Baixa, na região da M'Boi Mirim. A verba para este ano: 218 milhões de reais e a execução até agosto deu 20 milhões de reais. Quer dizer, a exemplo do ano passado, a questão da lentidão nesse projeto do Ponte Baixa. E pelo visto, no ano que vem entra nas dotações chamadas misteriosas, que não aparecem explicitamente como deveriam no orçamento.

Na região Saúde os córregos Paraguai e das Velhas, aliás, demanda importante há tempos nos planos de metas: 1 milhão de reais. Também não tem nada executado. Gostaria de saber se até a data de hoje foi executado alguma coisa. Dotação Paraguai 5014.

O Autódromo de Interlagos ontem teve o Grande Prêmio do Brasil de Interlagos. Foi até matéria na imprensa. A reforma este ano: 10 milhões. O ano que vem: 140 milhões. Aumenta em 14 vezes e quando vemos até agosto: 178 mil reais executados. Quer dizer, por que essa lentidão na reforma do Autódromo José Carlos Pace?

Por outro lado, para Fórmula Indy observamos um valor imenso. Foi executado praticamente 160% a mais, 1,5 milhão passou para 15,6. Executado 9,8 e a previsão 15 milhões de reais. Quer dizer, parece que a Fórmula Indy não vai ser mais colocada em São Paulo. Então isso merece uma explicação mais detalhada.

Sobre a Radial Leste a Dona Socorro vai falar. Sobre a revitalização do Parque Dom Pedro II, no Distrito Sé, a dotação é de 17 milhões. Nada executado até agosto. Gostaria de saber quanto foi executado até novembro porque é uma dotação importante, um projeto vultoso e solicitamos saber o que se passa com a revitalização do Parque Dom Pedro.

Uma questão emergencial. Córrego Zavuvus, Subprefeitura de Cidade Ademar, Distrito Pedreira. No final de 2011 morreram três pessoas em enchentes nesse córrego. Em 2012 o Conop conseguiu colocar a dotação 4650 no orçamento. Infelizmente não executado. É uma área de extremo risco. Parece que mais um ano está passando e nada foi feito no Córrego

Zavuvus. Pergunto aos Vereadores da região de Cidade Ademar, Pedreira, o que acham dessa questão, porque é muito triste, envolve vidas.

Por fim, gostaria de saber dos Vereadores se está incluída a SP Obras. Ou se SP Obras vai apresentar daqui a pouco. Para SP Obras as perguntas são as seguintes: quem são os conselheiros fiscais e de administração de SP Obras? Há uma dotação dessa empresa de 6 milhões de reais, receita do mobiliário urbano, que não passa diretamente pelas execuções orçamentárias e gostaríamos de saber o que foi utilizado em 2013 dessa dotação, diante da dificuldade dessa prestação de contas, receita do mobiliário urbano SP Obras, antiga Emurb e para o ano que vem o que vai ser utilizado desses 6 milhões de reais, sendo que não foi apresentado o planejamento orçamentário?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Boa tarde à Mesa e a todos. Há uma dúvida estarrecedora que está dentro de mim, porque todo mundo sabe que em Itaquera estão construindo o Itaquerão. Há desapropriações nas ruas em Itaquera, mas aonde?

E obras de pavimentação e córregos. Eu tenho dúvida. Você falou e fala bonito para caramba, só que para a população que está aguardando é estarrecedor. Se não fosse tão trágico era até cômico. Muitos estão articulando, determinando a vida daquelas criaturas e, por exemplo, o que você falou eu não entendi, só que quando eu pego Metrô e perto de onde moro está uma coisa linda e maravilhosa, só que o Metrô está elastecendo. Estão construindo e quem vai ser atingido?

Seria melhor ter um esclarecimento e alguém para comunicar e dizer o que vai acontecer, porque até agora ninguém sabe de nada. E Itaquera é grande, não é só Parque do Carmo e José Bonifácio, só que esquecem que Itaquera é muito grande. Não sei como vocês vão fazer. Nós não temos mais a quem recorrer.

Então é necessário um esclarecimento. Agradeço se vocês puderem dizer, por

favor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Tem a palavra a Sra. Antonia ou o Mário, não sei quem vai falar.

O SR. MÁRIO - Vou responder algumas das perguntas, a Antonia irá responder outras e a SP Obras o restante.

Primeiro, com relação à ausência do Secretário Osvaldo Spuri, é uma questão de saúde. Ele sofreu uma intervenção cirúrgica e tem uma certa dificuldade de ficar longe do escritório onde trabalha.

Vou falar do Aricanduva e do Zavuvus. É um projeto que tem financiamento do PAC, está hoje em fase de pré-qualificação da licitação para execução das obras. Temos um projeto já executado e estamos em análise das propostas. Então a previsão é de que essas obras possam ser iniciadas em meados do ano que vem. Daí o porquê de termos o orçamento dessas obras para o ano que vem.

Com relação ao Ponte Baixa, é uma obra que está em execução e todos podem visitar. A obra está indo muito bem, tem um avanço físico rigorosamente de acordo com aquilo que está previsto e esses dados de execução orçamentária que foram citados não estão atualizados. Hoje temos um valor de 64 milhões já liquidados para essa obra.

Com relação ao Paraguai, ele faz parte de um conjunto de obras que também está recebendo financiamento do PAC, para as quais estamos preparando as licitações. Temos projetos básicos dessas obras e elas devem entrar em licitação no começo do ano que vem.

O Autódromo de Interlagos. Todos os anos realizamos obras no Autódromo de Interlagos. São normalmente obras anteriores à realização do Grande Prêmio. Neste ano não foi diferente, já fizemos as obras previstas para este ano. Provavelmente esses dados ainda não aparecem nas tabelas de execução orçamentária porque as obras terminaram recentemente, vão ser medidas e liquidadas. Parte dessas obras eram pequenas intervenções

na pista e algumas obras de manutenção do Autódromo que já foram realizadas. Para o ano que vem temos prevista a implementação de um conjunto de obras significativamente maiores para poder adequar o circuito às exigências modernas do automobilismo.

Com relação à Formula Indy há uma execução alta porque as obras foram feitas no início do ano e, portanto, já medidas e liquidadas.

A Radial vem sendo parcialmente executada como obra importante para a Copa do ano que vem. Vou pedir depois que a SP Obras faça comentários mais detalhados.

A requalificação do Parque Dom Pedro é fundamentalmente a requalificação da Rua do Gasômetro que está sendo feita. É uma obra que estava paralisada por um problema com a empreiteira, o contrato foi rescindido e a Siurb retomou as obras. Hoje está sendo executada com o enterramento da rede da Eletropaulo.

Quero pedir ao Ricardo que venha tecer alguns comentários acerca das obras da SP Obras.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Por gentileza, para fins de registro peço que fale seu nome e cargo.

O SR. RICARDO PEREIRA DA SILVA - Ricardo Pereira da Silva, Diretor de Projetos de Desenvolvimento. Em relação a SP Obras sobre o Autódromo acho que Mário já respondeu a contento. Podemos só acrescentar que este ano conseguimos uma redução bastante grande em relação à média dos gastos de manutenção ao longo dos últimos anos. E mesmo assim tivemos uma brilhante participação na prova de ontem recebendo elogios da FIA.

Para os anos seguintes, infelizmente teremos que fazer esse investimento maior, as equipes cresceram muito, a tecnologia cresceu muito e o autódromo, hoje, é acanhado para a quantidade de equipamentos que as empresas trazem e necessitam. Portanto, há necessidade de uma retaguarda maior. Os boxes serão ampliados e espera-se gastar algo em torno de 140 milhões, que serão gastos tanto no recapeamento total da pista quanto na execução dos novos boxes.

Em relação aos corredores de ônibus, demos início à execução de grande parte dos 14 terminais e corredores a cargo da SP Obras. Inicialmente, obras físicas. Já iniciamos o corredor da Av. Inajar de Souza, que vai da Praça do Correio, passando pelo Largo do Paissandu até a Inajar de Souza, propriamente dita. As obras já se iniciaram e uma série de outros corredores estará tendo início durante o mês de novembro e de dezembro. Mas, em todos, já há uma pequena execução orçamentária de projetos. Parte de projetos e parte do licenciamento ambiental já está em curso e já há uma pequena execução orçamentária.

Em relação aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, essas pessoas tiveram seus nomes divulgados no *Diário Oficial*, quando da nomeação, mas, se for o caso, poderemos disponibilizar uma lista atualizada, sem nenhum problema. O nosso Diretor, que cuida especificamente disso, o Sérgio Rodrigues, poderá fazer essa listagem, sem nenhum problema.

Também temos algumas obras derivadas dos recursos da Operação Urbana Água Espreada, onde estamos realizando intervenções de desapropriação para o grande plano viário e de habitação. Serão executadas oito mil habitações naquela região. Demos início ao lote 5 que é a expansão da Av. Dr. Chucri Zaidan e a construção de duas pontes. Quem passar na altura da Rua Laguna e da Av. Prof. Maynard já verá nosso canteiro de obras instalado. Também existe um programa amplo de desapropriação, com ações ajuizadas relativas a essa obra.

Voltando à região Oeste da Cidade, concluímos, neste ano, uma grande etapa das obras do Largo da Batata. E, por último, demos início à Operação Urbana Água Branca na sua segunda etapa com as obras de sete quilômetros de galerias que irão eliminar as enchentes naquela região.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Agradeço a manifestação.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ANTONIA - O questionamento é sobre o fato de não haver mais a dotação

de passarela na proposta ou na execução? Tá. Para a proposta de 2014, a construção e a reforma de passarelas foram absorvidas na dotação de viário. Por isso intervenções no sistema viário contemplarão também passarela, visto que ela compõe o sistema viário.

Em relação à execução deste ano, licitamos por duas vezes a recuperação da passarela do Aeroporto, porém as licitações foram desertas das duas vezes e estamos revisando, uma terceira vez, essa licitação. Esse é o motivo de não haver liquidado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Agora temos também aquela questão de Itaquera, com relação às desapropriações.

Com a palavra o Sr. Roberto Molim.

O SR. ROBERTO MOLIM - Vereadores Aurélio Nomura e Paulo Fiorilo, sou Diretor de Relações Institucionais da SP Obras.

De acordo com o questionamento feito pela Sra. Maria do Socorro, com relação às obras da Copa, o Prefeito Haddad encerrou uma Secretaria existente, especificamente para isso - o Secopa - e criou o SPCopa, que é uma comissão liderada pela própria Vice-Prefeita, com participação de praticamente todas as Secretarias de Governo Municipal e trabalha com todas as questões referentes à Copa.

No caso específico das desapropriações, houve a necessidade de apenas 26 desapropriações para a Copa do Mundo. Vinte e cinco delas se concentram basicamente no eixo da Av. Jacu Pêssego com a Av. Radial Leste e uma delas no entorno do polo institucional Itaquera - uma desapropriação feita para um viário próximo ao estádio do Corinthians. O restante, as outras 25, todas na confluência da Jacu Pêssego com a Radial Leste. Todas estão em andamento e duas delas, que liberam integralmente uma das alças, já temos a imissão de posse. O processo foi feito da forma mais transparente possível.

Na própria Subprefeitura de Itaquera, já realizamos em torno de quatro ou cinco assembleias com a população sobre o tema Copa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO MOLIM - Tivemos sim. Posso depois verificar em quais datas essas assembleias ocorreram. Houve várias solicitações específicas como do Comitê Popular da Copa, recebido diretamente pelo SPCopa, que participou também de algumas dessas discussões.

Enfim, é isso que temos em relação à Copa.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Obrigado. Se for possível, peço que essas informações sejam encaminhadas por escrito a esta Comissão. Não havendo mais nada a tratar, gostaria de agradecer os representantes da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras e da SP Obras.

Obrigado.

O SR. MÁRIO LUIZ SANDOVAL SCHMIDT - Agradeço igualmente.

O SR. PAULO FIORILO - No *site* da Prefeitura consta o nome dos Conselheiros, como solicitado. Basta acessar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Gostaria de agradecer a presença da Diretora-Presidente da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia. Com a palavra a Sra. Mariana Neubern de Souza Almeida.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA - Obrigada, apenas gostaria de fazer uma correção. Sou Diretora-Geral da Fundação, porque a Diretora-Presidente é a Secretária Leda Maria Paulani. A Fundatec é, acredito eu, certamente o menor órgão da administração indireta. Possivelmente é o menor órgão em geral, então o Orçamento é bem menor. Acredito que seja de fácil explicação aqui. A Fundação Paulistana conta com uma escola que administra hoje, é a Escola Makiguti. É uma escola de saúde pública localizada na Cidade Tiradentes.

O nosso Orçamento total para o ano que vem está em 7,372 milhões aproximadamente. Esse recurso é destinado basicamente para pagamento de professores e de pessoal, além da operação geral de manutenção da escola. A Fundação foi criada em 2004,

mas de lá para cá não teve um projeto de lei que configurasse a equipe fixa da própria Fundação. Não tem funcionários específicos da Fundação. Hoje quem trabalha para a Fundação são funcionários cedidos principalmente pela Sempla. São poucas pessoas.

O Orçamento incorpora um pequeno crescimento com relação à execução de pessoal desse ano para o ano que vem pensando na organização e estruturação que faltam na Fundatec. Essa é a principal mudança para o ano que vem. Fora isso, temos a expectativa - não está no Orçamento, porque não está fechado - de haver inscritos no Pronatec e poder fazer execução, atrair recursos do Pronatec via Fundação. Nossos cursos técnicos têm o perfil, porque hoje recebem financiamento do Pronatec ou que permitiria incrementar esse Orçamento.

É um Orçamento um pouco maior do que o executado neste ano; menor do que o orçado no ano passado ou simplesmente porque boa parte do orçado não foi executado por essa falta de estruturação efetiva da Fundação. A Fundação funciona aquém dos seus limites e, mantendo o Orçamento, pode funcionar melhor se for melhor dirigido e organizado com equipe de profissionais e um certo planejamento envolvido.

Acho que é isso. Passei dos meus três minutos?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Okay. Gostaria de consultar a assessoria se há inscritos. Não havendo inscritos, pergunto ao Relator se há alguma indagação.

Tem a palavra o Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - Sr. Presidente, na realidade já conversei com a diretora-geral, que já esclareceu minhas dúvidas. Então, deixo para a próxima audiência.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Agradeço a presença da diretora-geral da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia, a Sra. Mariana Neubern de Souza Almeida.

Tem a palavra a Sra. Wilma Tiemi Myake Morimoto, coordenadora da Covisa - Coordenação de Vigilância em Saúde.

A SRA. WILMA TIEMI MYAKE MORIMOTO - Meu nome é Wilma Morimoto, sou

coordenadora da Vigilância em Saúde. A Coordenação de Vigilância em Saúde é um órgão da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, somos uma unidade orçamentária, portanto, a gente tem uma dotação própria, que é uma parte do Orçamento da Secretaria Municipal de Saúde.

O nosso Orçamento é pequeno em relação ao da Secretaria. Vamos explicitar aqui para vocês uma característica do nosso Orçamento: cerca de 70% do recurso é de fonte federal, executamos apenas 30% com fonte e tesouro.

O Orçamento de 2014 foi calculado em torno de 131 milhões de reais, dos quais 90 milhões são de recursos federais - 105 milhões da fonte das secretarias, 00. Junto aos 90 milhões da fonte federal e mais 25 milhões da dotação própria da Covisa, que é de 84,22.

Da fonte federal temos um repasse anual em torno de 45 milhões, porém o que completa os 90 milhões é um saldo residual da época em que a Secretaria Municipal da Saúde esteve fora do SUS. Esse saldo foi ficando acumulado durante esses anos e quando assumimos a gestão Lena, a partir do ano de 2001, começamos a executar esse saldo que hoje ainda tem um residual em torno de uns 45, 50 milhões de reais, que ficarão para o ano de 2014.

Do nosso Orçamento é importante ressaltar que a gente tem um valor talvez muito maior de custeio. O nosso valor de investimento é baixo, em torno de dez milhões, apenas. Temos um montante grande relativo à locação de veículos, porque a vigilância em saúde depende basicamente de veículos por conta de que nossa missão fundamental é inspeção sanitária, tanto de zoonoses quanto das inspeções sanitárias propriamente ditas. Dependemos muito desse recurso, que é o meio de transporte para os nossos fiscais, para as nossas autoridades sanitárias.

Além disso, nossas ações são basicamente pautadas pelo Ministério da Saúde, esses recursos da fonte 02 chamados federais são vinculados aos programas na sua maioria - programa de controle da dengue, programa de controle da tuberculose, programa nacional de

imunização, programa de hepatites, que recebem maior montante de recursos.

Não preparamos uma apresentação, mas deixaremos um material à Mesa. Agradecemos a oportunidade de apresentar o nosso Orçamento para 2014.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Obrigado. Agradeço pela manifestação. Gostaria de consultar a assessoria se há inscritos.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA - Obrigado, Vereador Aurélio, Vereador Paulo, Relator do Orçamento.

Tenho uma pergunta que os antigos chamavam de pergunta de algibeira. No Orçamento do ano que vem, para a manutenção de vigilância em saúde - saúdo a coordenadora presente - também existem verbas de fonte 03 estaduais, num montante total de três milhões de reais. Então, a gente queria saber se havia essa verba para este ano de 2013, quanto foi executado, no que foi executado especificamente a verba estadual e qual o planejamento para a liberação dessa verba e se há algum problema para o ano que vem esses três milhões de reais já registrados na página 11 do Orçamento dos Fundos Municipais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Wilma Tiemi Myake Morimoto.

A SRA. WILMA TIEMI MYAKE MORIMOTO - Fábio, só para esclarecer, em relação a esse valor do recurso estadual, não recebemos esse montante. Por isso, não foi executado. Por algum problema técnico, não do projeto apresentado para receber o recurso, mas da relação das secretarias, pois a gente não recebeu. Continuamos colocando no Orçamento, porque a gente pretende um dia receber.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Esclarecidas as dúvidas. Não sei se o Vereador Paulo tem alguma questão. Não havendo questão e não havendo mais nada,

agradeço a presença da coordenadora da Vigilância em Saúde, Covisa, a Sra. Wilma Tiemi Myake Morimoto.

Tem a palavra o Sr. Jairo Galera, representando a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

O SR. JAIRO GALERA - Boa tarde a todos. Jairo Galera, diretor de Administração e Finanças, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Boa tarde, vereadores e senhores.

A Secretaria do Verde hoje tem sob sua responsabilidade 22% do Município de São Paulo, 102 parques e com metas para 2014-2018 de readequação de 34 parques.

O Orçamento da Secretaria vem reduzindo ano a ano. Em 2011 éramos 0,7% do Orçamento geral; em 2012, 0,6%; em 2013, repetimos 0,6% e para 2014, queiram os senhores saber, reduzimos ainda para menos 27%, que chegou a 0,39% do Orçamento Geral da Prefeitura de São Paulo.

Peço a gentileza de fazer uma apresentação em *slides* do Orçamento para 2014.

- O orador passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

O SR. JAIRO GALERA - Como os senhores podem observar, o nosso Orçamento aprovado para 2014 na administração, é de 70 milhões, dos quais 50 milhões são somente para administração de pessoal.

Para a manutenção dos parques e conservação, tivemos 50 milhões sendo reservados na dotação 6678.

O total do nosso Orçamento para 2014 da Secretaria fonte 00 é de 200 milhões de reais para dar assistência a esses 102 parques e mais as 34 adequações do Plano de Metas, fora outras atividades da Secretaria.

Com relação à fonte 08, que é do Fundo Especial de Desenvolvimento Sustentável, o nosso Orçamento hoje está em 174 milhões. Recebemos de contrapeso a implantação de ecopontos que não tínhamos até então.

Na educação ambiental recebemos algumas ações novas. Nessas ações ambientais incluímos alguma coisa da Secretaria de Mobilidade, onde tem dois projetos incluídos nas ações de manutenção e conservação dos parques.

A gente tinha a fonte do Fundurb também, mas foi zerada, uma vez que foi passado tudo para Siurb. Hoje, temos do Orçamento de 2013, 88% já empenhados do valor disponibilizado e do empenhado, 72% já estão liquidados. Essa é a posição da Secretaria do Verde e Meio Ambiente hoje. Com relação ao Orçamento do ano que vem estamos com todos os projetos novos a serem implantados para cuidar dos parques. A princípio era o que a gente tinha a apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Antes de passar aos inscitos, gostaria de saber se esse Orçamento contempla o Parque Linear da Vila Brasilândia, a criação do Parque Augusta e a permanência do Parque de Cemucan.

O SR. JAIRO GALERA - A princípio, o Cemucam está contemplado, parece que as negociações com a Prefeitura de Cotia foram interrompidas ou adiadas. Não tenho muita certeza do que aconteceu, mas a princípio ainda continua como parte da Secretaria do Verde.

Com relação ao Parque da Brasilândia, há uma área totalmente invadida e a Prefeitura não conseguiu a emissão de posse da área por conta disso, uma vez que a área já está...

P - O senhor me desculpe, mas está equivocado, porque a Prefeitura no ano passado depositou recursos de 15 milhões. Houve condições de fazer a emissão de posse; não tomou a posse propriamente dita, mas a emissão de posse foi autorizada pelo Juiz da Vara da tramitação do processo. (Palmas)

R - Pelo que temos de informações lá na Secretaria, a emissão de posse não foi totalmente emitida por conta dessa área que foi invadida no final de novembro ou dezembro do ano passado. É essa a informação que temos em vistorias no local. Se existe essa emissão, nós a desconhecemos pelo menos.

P - Porque pelo que consta, existe a manifestação da Prefeitura e da Secretaria do Verde abrindo mão exatamente desse parque linear da Vila Brasilândia. Não houve a total emissão da posse porque a Prefeitura abriu mão do parque. Entregou, até alegando que havia sido invadido e pediu a devolução dos recursos abrindo mão do processo de desapropriação. O senhor está um pouco equivocado com relação a isso. Podemos, como presidente da Comissão do Meio Ambiente, levantar esses documentos que estão em mãos da comissão que falam exatamente o contrário do que V.Exa. está mencionando. (Palmas)

R - A princípio, realmente houve uma desistência da Prefeitura pela área por conta dessa invasão. Existe. Queria deixar alertado.

P - Desistência por parte da Prefeitura é diferente de não conseguir entrar na emissão de posse. Quero deixar claro isso. (Palmas)

R - Tudo bem. O senhor poderia até requisitar à Secretaria, ao diretor de planejamento.

P - Não, já tenho essa documentação. Só vou pedir a confirmação dessa documentação que temos pela Comissão e faremos a juntada. Mas, acho que o senhor está equivocado quando levanta essa questão.

R - Como diretor de administração e finanças, as informações que tenho são financeiras. Então, o que paguei, o que deixei de pagar e porque deixei de pagar.

P - Então, o senhor pagou 15 milhões o ano passado?

R - Não sei se foram 15 milhões o ano passado, porque nós não estávamos ali.

P - Foi depositado o recurso?

R - Foi depositada uma parte desses recursos, com certeza.

P - E depois o senhor pediu... A Prefeitura desistiu da ação de desapropriação.

R - Se ela desistiu esse ano, eu não sei. Talvez precisaria chamar alguém do planejamento para eu me informar melhor.

P - Tem mais alguém aqui da Secretaria para dizer? Tem a palavra o Vereador

Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - Sr. Presidente, queria fazer uma sugestão, acho que é uma discussão necessária, pertinente até à comissão na qual eu fazia parte.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - O senhor faz parte.

O SR. PAULO FIORILO - Não, abri mão em função de outra tarefa. Talvez fosse o caso de trazermos o Secretário ou alguém responsável para o debate específico sobre a questão da Brasilândia e de outros que tenho certeza de que estão afeitos ao debate da Secretaria. Só queria sugerir isso e que pudéssemos entrar no debate do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Com certeza, sem dúvida. Só para deixar consignado, como o Vereador Paulo Fiorilo falou, mas queria alertar exatamente para esse fato. Gostaria de consultar a assessoria se há pessoas inscritas. (Pausa) Gostaria de convidar o Sr. Jonas Barros, do Planeta 21.

O SR. JONAS BARROS - Boa tarde. Sou Jonas Barros.

Antes de mais nada, o Secretário do Verde e Meio Ambiente estava aqui, mas foi embora. É a segunda vez.

Muito bem. Venho aqui para falar do Parque da Vila Ema, que possui só 477 árvores nativas da Mata Atlântica, nascentes de água, papagaios, em plena Avenida Vila Ema. É o oásis na cidade de São Paulo. Primeiro ponto. Essas árvores são remanescentes da Mata Atlântica e o Sr. Kassab tornou de utilidade pública por meio do Decreto 51.875, de 22 de outubro de 2010. Há também dois projetos de leis, o 405 e o 410, este da Juliana Cardoso e aquele do então Vereador Chico Macena. O Fernando Haddad, na corrida eleitoral, assinou um documento se comprometendo a criar o Parque da Vila Ema. Ele deu a sua palavra e o Suplicy assinou embaixo. Nós temos isso gravado nos nossos arquivos e exigimos que isso seja cumprido, porque foi palavra dada em campanha.

Em 25 de abril o Movimento Parque da Vila Ema foi recebido pelo Secretário do Verde e Meio Ambiente, Sr. Ricardo Teixeira, que não está aqui pela segunda vez, como eu já

disse. Nós explicamos todo o Movimento do Parque, o que estava acontecendo e ele foi fazer um levantamento. Em 17 de maio e 4 de novembro, ouçam o que o Secretário do Verde e Meio Ambiente falou, não só para o Parque da Vila Ema, mas para todos os parques. Vou ler na íntegra. Quem quiser, eu mando por *e-mail* ou deixo esta cópia para vocês lerem. Ouçam o que está escrito: “Já destinamos o recurso para pagar o valor do terreno. Agora entramos na etapa do chamamento do proprietário para fazer o acordo da compra, e temos reservados 11 milhões para a desapropriação”. A segunda reportagem: “O Secretário garantiu que o futuro Parque da Vila Ema não corre o risco. ‘Já depositamos os 11 milhões e não voltaremos atrás’”.

Muito bem. Cadê os 11 milhões do Parque da Vila Ema? Onde se encontram os 11 milhões? Cadê a proposta do Sr. Fernando Haddad, que disse que ia comprar o Parque da Vila Ema? Detalhe: nós lutamos por educação, por saúde, temos que lutar por mais áreas verdes na cidade de São Paulo, porque sem área verde é câncer no pulmão da gente. As crianças que estão nascendo agora vão viver num mundo hostil. Temos que começar a pensar agora nessas crianças, nos adolescentes, nos idosos, em todo o mundo.

Em plena Avenida Vila Ema tem mata remanescente da Mata Atlântica, nascente de água. Nós vamos derrubar tudo para fazer prédio? Nós não somos contra o progresso, pelo contrário, somos a favor, porque é do nosso trabalho que nós tiramos o sustento. Mas não vamos fazer com que o trabalho se vire contra nós, se transforme numa arma mortífera. Este é o motivo do Movimento do Parque da Vila Ema, representando o mundo, não só São Paulo, porque nós precisamos de mais áreas verdes no mundo, porque todos nós somos irmãos. Vamos respeitar os animais, respeitar tudo.

Quero parabenizar a contestação que o Vereador Aurélio Nomura fez, porque a prefeitura está desistindo, sim, de comprar os parques. Por isto a nossa indignação. Cadê os 11 milhões? Queremos que a proposta assinada pelo Fernando Haddad e pelo Eduardo Suplicy seja cumprida.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Obrigado pela manifestação. Gostaria de chamar o Sr. José Carlos da Rocha, do Núcleo Ecológico Ilha da Trindade, Planeta 21.

O SR. JOSÉ CARLOS DA ROCHA - Boa tarde. Já estive aqui em outros momentos e deixei um recado para os 55 vereadores desta Casa. Vou deixar de novo: respeitem a sociedade paulistana, respeitem os moradores de São Paulo. No ano que vem tem eleição. Hoje os movimentos sociais não estão aqui e estão sendo desrespeitados, porque isso é um desrespeito. Venho da minha casa, chego aqui e não encontro as pessoas que deveriam estar aqui para dar respostas, porque simplesmente estão escondidas nos seus gabinetes aqui dentro. Um recado: no ano que vem haverá Copa do Mundo e eleição, e vocês vão bater à porta dos movimentos sociais. Cuidado, cuidado com as suas atitudes. Esse é o primeiro recado que eu quero dar.

O segundo: é um absurdo ter uma Secretaria de Meio Ambiente que não tem recurso para os conselhos de meio ambiente. A falta de fortalecimento dos conselhos acaba com a representação social. Acho que os vereadores deveriam pensar um projeto em que o conselho não seja simplesmente participativo, mas que seja deliberativo; que todos os conselhos tenham força para não serem simplesmente cabide de emprego de vereadores e de assessorias. Está na hora de parar com essa palhaçada em São Paulo. Gostaria de sugerir ao Secretário que fizesse essa luta na questão do meio ambiente. Se tem recurso, onde está esse dinheiro? O que está sendo feito? Para quem está sendo jogado? Para empresas interessadas em defender suas marcas? A gente precisa mudar esse comportamento, não dá mais para aceitar isso.

Outra coisa: como o colega falou, São Paulo está ficando sem área verde. A Cidade precisa de área verde. Estamos vendo aí as enchentes, as catástrofes acontecendo na Cidade por falta de área verde. A nossa região sofre com a falta de áreas verdes. É injusto um secretário usar a mídia para dizer que tem dinheiro no caixa para fazer o que tem de ser feito, enganar, a gente organizar os movimentos sociais e de repente a gente chega aqui... E vai

levar que resposta para esse povo?

Então, gente, vamos parar com isso. Vamos fazer política séria, política responsável. Não dá para brincar com o caráter da sociedade paulista. É inaceitável. Para o vereador que estiver fazendo isso vou deixar o meu recado: cuidado, porque nós vamos bater contra. Nós vamos organizar os movimentos sociais e neguinho não vai ter voto, não; não vai ter mesmo. A gente sabe quais vereadores são comprometidos com as questões sociais e de meio ambiente. Não aceito esse tipo de comportamento.

Quem deveria cuidar da gestão ambiental no município de São Paulo são as organizações sociais, porque têm um papel muito importante nas comunidades e podem ajudar muito nisso. É preciso que a gente se solidarize com isso, que os parlamentares tenham o olhar atento para essas coisas, porque não dá para brincar com o caráter da sociedade de São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Obrigado pela manifestação. O próximo é o Sr. Fernando Sálvio, do Parque Vila Ema.

O SR. FERNANDO SÁLVIO - Boa tarde. Venho representando a comissão do Movimento Parque Vila Ema, Planeta 21, e a gente vem brigando há três anos. Essa área saiu nos jornais, já foi muito discutido. Inclusive no dia 26 de julho de 2013 saiu a Resolução 25/2013, do Confema, que seria usada verba para desapropriação do terreno. Em 17 de maio, o Secretário Ricardo Teixeira disse, no jornal *Folha da Vila Prudente*, que tinha verba. EM 4 de outubro disse que já tinha sido feito o depósito e que não voltaria atrás. Pergunto: cadê esse dinheiro? Isso foi feito realmente? Não tivemos mais nenhuma notícia.

No Plano Plurianual está programado um parque com uma verba de quatro milhões; em 2015 e 2017, três parques com verba de 13 milhões. Estaria o Parque da Vila Ema incluído entre esses parques? É isso que eu pergunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Obrigado pela manifestação. Gostaria de chamar o Sr. Avelino Tofano, do Parque Vila Ema.

O SR. AVELINO TOFANO - Senhores, Dr. Paulo Fiorilo, demais companheiros, boa tarde. Sou um homem de 85 anos, 48 anos diretor de entidades sociais de bairro, moro há 64 anos na mesma casa. Ajudei a carregar terra para fazer o bairro. Desde então peguei gosto de lutar por melhor qualidade de vida para a comunidade, eu e os demais companheiros.

Pois bem, senhores, estamos numa luta tremenda há três anos. O Ministério Público nos deu uma garantia de cinco anos, que ninguém pode pôr a mão. Estamos empenhados e temos muita responsabilidade perante a comunidade que representa em torno de 40 mil a 60 mil eleitores. No ano que vem teremos eleições.

Gostaríamos de alertar que por esse parque foram feitos abraços, festas, bailes, o Baile da Vitória. Segundo o jornal, a verba já estava garantida. A da Esso, da Mooca, ele não garantia. O do Parque São Lucas, Linhas Corrente, não há garantia. Mas que para o nosso já havia sido depositada a verba de quase 12 milhões de reais. Então, senhores, cantamos vitória perante a comunidade. Ora, se estamos representando a comunidade, hoje estamos em débito. Temos que dar satisfação à comunidade. O que está acontecendo? É bom que os senhores saibam que dia 30 teremos uma reunião em frente ao Parque, uma comemoração, um festejo, e daremos uma satisfação para a comunidade, o que está acontecendo.

Todo mundo sabe o que representa uma área verde: saúde, lazer. Tínhamos até um projeto embaixo daquelas árvores, feito pela vereadora, de pista de *Cooper*, *playground* para crianças, vagas municipais terceirizadas, que a área é cercada. São 17 mil m² e árvores nativas de quase 100 anos, do tempo dos alemães que criaram aquela área.

Não somos contra o progresso, mas sabemos perfeitamente que, quanto mais prédios, mais cai a qualidade de vida, porque é mais gente, mais poluição, não há meio de locomoção. Tudo isso deteriora a qualidade de vida. Ora, Deus do céu, o senhor é pai, o senhor tem neto. Por que não podemos ter uma área verde para levar o nosso neto para

balançar um pouco no balanço? Sentar no banco e ler o jornal no fim da sua vida, contribuinte que durante toda a vida deu lucro para a nação?

Então nós queremos um parque. Dezessete mil metros quadrados, árvores nativas de quase cem anos, uma nascente de água límpida. Nós conseguimos por meio de ONGs, de entidades sociais, religiosas e toda a comunidade unida em torno desse empreendimento. Se os senhores verificarem aqui, a Secretaria tem verba para o Parque Vila Ema. Foi dada essa entrevista, então o que nós podemos pensar de uma autoridade que vem dizer que não tem dinheiro? Ora, meu Deus do céu! Uma árvore significa muita coisa para a qualidade de vida. Lá tem 477 árvores catalogadas, tem papagaio, diversas qualidades de aves fazendo seus ninhos. Então, meus amigos, a Vila Ema está encostada na Salim Farah Maluf, Vila Prudente. Esperamos que, com as eleições vindo aí, possamos agradecer a todos os políticos, porque nós estamos fazendo essa luta independente de política; nós somos apolíticos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Obrigado. Sr. Fábio Siqueira, do Movimento de Resistência Pró-Orçamento Participativo.

O SR. PAULO FIORILO - Fábio, só para te atualizar, já está no *site* até outubro, a seu pedido.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA - Obrigado, Vereador Nomura, Vereador Fiorilo. Mas fica o registro, porque acho que a Secretaria tem que cumprir leis e, quando não cumpre, a Casa e o povo têm que cobrar. Infelizmente, como hoje é a última temática, vamos ter ainda transporte, pouco vai se aproveitar dessa análise. Parabenizo o Sr. Avelino por sua fala histórica e pela sua presença, exatamente porque é uma luta bastante importante; todos que falaram da questão da Brasilândia e da questão Vila Prudente, Vila Ema.

Parece coincidência que dessas regiões - Freguesia, Brasilândia, Sapopemba e Vila Prudente -, no quesito reforma de parques não há nenhuma previsão até 2017. Não é só no ano que vem. Até 2017 não há nada previsto para Brasilândia, Freguesia, Vila Ema, Vila

Pudente e Sapopemba no quesito reforma e adequação de parques e unidades de conservação municipais.

A gente solicita explicação do Secretário. Aliás, o Secretário Ricardo Teixeira estava aqui. Gostaria de saber por que ele não ficou para responder a essas questões. Por exemplo: tem 11 reformas priorizadas para 2014. Qual foi o critério? Passou pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente - Cades, pelos Cades regionais, os chamados Cadinhos? Tudo isso tem que ser devidamente explicado.

Causa mais estranheza ainda uma dotação, já mencionada, de quatro milhões de reais para implantação de novos parques. É a dotação 7136, implantação de parques e unidades de conservação, quatro milhões de reais, um parque para 2014. Qual será esse parque? Por que no Plano Plurianual não estão detalhados os novos parques? Esses quatro milhões para onde vão, Tucuruvi, Vila Brasilândia, Saúde? Qual será o parque implantado para o ano que vem?

Sabe qual é a outra estranheza nesse sentido? Já existe uma dotação na Secretaria chamada 7101 - implantação de parques urbanos naturais -, 16 milhões de reais para 2013. Sabe quanto foi executado até agosto? 30 mil reais, 0,3%, por isso que não sai novo parque na Cidade. Se usam só 0,3% em oito meses, obviamente não haverá nenhum parque na cidade de São Paulo porque existem 12 milhões de reais que estão desaparecendo por aí, só desse assunto de novos parques.

No quesito orçamento total da Secretaria do Verde e Meio Ambiente beira o absurdo o senhor representante, a quem saúdo, vir a público dizer que o orçamento caiu de sua pasta e caiu mesmo 31 milhões de reais comparados ao ano passado. Isso mostra que o Prefeito Fernando Haddad o meio ambiente não será prioridade da gestão, porque sumiram 34 milhões.

Mais ainda, existe um fundo também, Fundo Municipal Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que tem uma coisa muito estranha nele. A dotação para esse

fundo aumentou para o ano que vem, só que a sua execução diminuiu. Da verba de 82 milhões foram executados 10,7 milhões, 13% apenas, até agosto. Gostaríamos de saber em outubro, já que tem a nova planilha, quanto foi.

A questão do FEMA, por exemplo, tem dotações zeradas. Implantação de viveiros FEMA crédito de carbono, três milhões de reais zerados. Quer dizer, a questão do meio ambiente é séria ou não é? É para valer ou não?

Por fim uma situação dantesca. Ninguém falou, não sei se é alguma hipocrisia ou censura, da dotação de inspeção veicular ambiental, 6661. Claro que não somos contra a inspeção veicular, tem de combater a poluição, tirar os carros poluentes da rua, mas não que o contribuinte pague por isso até porque ele já paga no IPVA para ter essa inspeção. O Prefeito Fernando Haddad disse que não iria mais onerar a população disso, só que a dotação deste ano da inspeção veicular 2013, 2,2 milhões de reais. Para o ano que vem, 60 milhões de reais, aumentou 150%. Repito, 60 milhões de reais. Quer dizer, será que a gestão Haddad é uma continuação da gestão Kassab? Será que a inspeção veicular vai continuar sendo só cobrança assombrando a população paulistana? 60 milhões de reais para o ano que vem? Põe para fazer parque, FEMA, educação ambiental cuja execução está ridícula. (Palmas) Sumiu a dotação dos CADs regionais. Onde está a dotação do Conselho Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável? Quer dizer, é muita grana para dar para a Controlar, empresa suspeita, já no Ministério Público. Tinha de vir aqui e explicar em CPI o que fez com o dinheiro do povo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Gostaria de chamar a Sra. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES - Boa tarde. Esse é o Fábio, um menino que admiro, porque para ele não tem partido. Corrupto é corrupto, não interessa quem seja. Depois das sábias palavras do Fábio, o Verde e Meio Ambiente, mais uma vez, eu Maria do

Socorro Alves, do Conjunto Habitacional Águia de Haia, Cidade A. E. Carvalho, sou da ONG Nosso Sonho, lá, Verde e Meio Ambiente é o quê? É lixão, lixão, lixão. É o que tem de sobra: lixão atrás do supermercado, lixão na área do CDHU. Moramos lá desde 1988. Esse terreno existe e não temos nada lá.

Quando falo da Águia de Haia não é a avenida. De um lado é Penha e do outro lado Ermelino Matarazzo. Na Imperador, São Miguel e Arthur Alvim. Quer dizer, nós ficamos no extremo, ninguém enxerga e nem vê.

Reforço o que ele falou. Aqui só tem oito Vereadores que trabalham. Eu sou idosa, não sou besta, nem boba e nem babona. Não gosto de ser tutelada. Eu tenho capacidade e dignidade.

Os Vereadores são pessoas que veem a necessidade da população para poder ajudar porque têm o poder da caneta. E qualquer funcionário público é pago pelo povo. Eu já fui funcionária pública e hoje sou aposentada, auxiliar de enfermagem. Hoje eu sou voluntária porque escolhi. Sei o que é funcionário público.

Em Pernambuco eu fui funcionária pública, só que cheguei aqui há quase 50 anos. Depois que me envolvi com o trabalho social, fiquei decepcionada. Se fosse na minha terra, não acontecia isso não. Infelizmente, estamos em outra instância.

O que falo do Subprefeito de Itaquera já falei para ele. Ele entra atrasado e sai antecipado. Ele não abre a boca para defender Itaquera. Essas audiências públicas que tiveram lá não estava a população não, foram empresários. Hoje fui à Subprefeitura e encontrei várias pessoas e passa na internet que ele atendeu a população. Essa é a realidade e vou começar a conversar com a minha população e vou fazer a relação das pessoas que fazem, como fiz com o Deputado Estadual. Eu fiz isso e Ana Maria Martins e outros levaram na cabeça. Eu sou pequena, mas teimosa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Obrigado.

Gostaria de chamar a Sra. Dalila Camargo.

A SRA. DALILA CAMARGO - Boa tarde. Eu sou representante do Parque da Independência, vizinha dos senhores, e gostaria de saber qual a verba destinada para o nosso parque cujo museu está desabando. Infelizmente, foi necessário começar a cair o museu para que fosse alvo de manutenção. Temos uma área enorme que foi desapropriada com muita luta com as grandes construtoras, mas está as moscas.

Tivemos um projeto que não tinha banheiro para os senhores imaginarem que maravilha de projeto! Nosso parque é o cartão de visita de São Paulo. Eu creio que mereceria atenção. Sem deixar de lado a questão fundamental de que o ecossistema é a base da vida e água e ar são prioritários. Nós não beberemos petróleo e nem gasolina amanhã. Alguns se contentam com álcool, mas nós precisamos da água pura e do ar que respiramos.

20 mil pessoas morreram no ano passado em questão do ar poluído da nossa Cidade. O senhor tem uma resposta? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Agradeço a manifestação e passo a palavra ao Sr. Jairo Galera, representando a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, para responder às perguntas.

O SR. JAIRO GALERA - Gostaria de começar pelo questionamento da senhora do parque da Independência. O Museu é do Estado. A Prefeitura, infelizmente, não tem jurisdição sobre a reforma do Museu. Com relação ao Parque, para a senhora ter uma ideia, chegamos na Secretaria e tínhamos, no Diário Oficial, 2 milhões de reais par a reforma do Parque, liberadas hoje. Então, vamos ter o mês de dezembro para tentarmos fazer alguma coisa pelo Parque do Presidente.

Com relação à inspeção ambiental. A Secretaria do Verde suspendeu os processos em 12 de outubro. A empresa entrou com um recurso e o juiz assinou dizendo que, por conta da Saúde e por uma série de coisas, a Controlar deveria continuar até 31 de janeiro. Também acho isso um absurdo. Independente disso, a Secretaria está cuidando de outro procedimento

licitatório para a contratação eventual de empresas para executar esse serviço para o próximo exercício.

Com relação ao Vila Ema. De fato, o Confema autorizou 11.845.000 para a execução do Parque, para a reforma, aquisição e complementação e obras que vão ser necessárias. Em julho, solicitamos à Secretaria de Planejamento que nos fornecesse as cotas financeiras e o restante do recurso. Na ocasião, oferecemos três milhões e pouco - um milhão congelado e dois milhões e pouco que tínhamos de saldo de reserva - para darmos início ao processo e pedimos oito milhões à Secretaria de Planejamento para darmos continuidade e bancarmos todo o Vila Ema. Até agora, a Secretaria de Planejamento não se manifestou e não temos o recurso.

Com relação aos 34 parques que foram incluídos no Plano de Metas, no momento, não posso dizer que sim ou que não, quais são os parques, mesmo porque o pessoal de Planejamento é que fez o PPA, verificou quais eram as maiores necessidades ou as prioridades, incluindo no PPA os parques que entendiam ser prioritários. Vamos nos sentar com o pessoal de Planejamento para vermos como foi feita essa prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Na realidade, houve a decadência do decreto de utilidade pública. A alegação da Prefeitura foi de que não tinha o dinheiro. Estamos forçando essa questão e entramos, também, no Condephaat pedindo o tombamento. Estamos lutando contra o tempo.

A questão extrapolou e vamos ver se conseguimos alguma coisa. Mas a questão não depende de nós. Não somos os donos da caneta. Fizemos todas as pressões possíveis. Inclusive, levamos o Secretário ao Parque Augusta e ele se comprometeu a desfazer a desapropriação, coisa que não ocorreu.

Temos muita discussão pela frente. Estamos dentro da Comissão de Finanças e estamos discutindo o Orçamento para o próximo ano.

Não havendo mais nada a falar, gostaria de agradecer o Sr. Jairo Galera, da

Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

Convido o Sr. Salvador Curi, representante do Sr. Jilmar Tatto, Secretário Municipal de Transportes.

Sr. Salvador Curi, na sua apresentação, peço que fale o seu cargo, a sua função e o senhor teria cinco ou dez minutos para falar.

O SR. SALVADOR CURI - Muito obrigado, nobre Vereador Aurélio Nomura.

Cumprimento a todos os presentes.

Na verdade, a Secretaria Municipal de Transportes, hoje, juntamente com a CET e a SPTrans, tem um dos maiores orçamentos da Prefeitura de São Paulo, especialmente no campo da infraestrutura, porque temos algumas metas que são importantes no Programa de Metas do Prefeito.

Os 150 quilômetros de faixas exclusivas, que tínhamos como meta para a implantação até 2016, na verdade, até o final deste ano, atingiremos o dobro da meta prevista para os quatro anos - vamos atingir 300 quilômetros. Os 150 quilômetros de corredores, a implantação do sistema de ônibus funcionando 24 horas, a implantação do Bilhete Único Mensal, a implantação do Programa de 100% de Ônibus Acessíveis até o ano de 2016, e os 400 quilômetros de vias cicláveis.

O orçamento da Secretaria Municipal de Transportes, juntamente com suas empresas, é composto praticamente de quatro partes: o orçamento da Secretaria, propriamente dito, o orçamento da CET, o orçamento da SPTrans e o orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento do Trânsito.

Para que possamos implantar esses programas, nesse período, o nosso orçamento, para 2014, cresceu bastante em relação ao orçamento de 2013. Devemos ter um orçamento total da ordem de 4 bilhões, 234 milhões de reais, aí contemplando os quatro orçamentos.

A CET tem um orçamento estimado na ordem de 982 milhões para o ano que vem,

e a SPTrans, um orçamento na ordem de 3,284 milhões.

Principais dotações orçamentárias se constituem pela dotação que chamamos de gerenciamento dos transportes propriamente dito, da SPTrans, que é a dotação operação e manutenção do sistema municipal de transporte coletivo, previsto em pouco mais de 455 milhões de reais para o ano que vem, e as compensações tarifárias, que atingiremos a marca de 1 bilhão, 651 milhões de reais.

É importante observar que a dotação compensação tarifária para o ano de 2013 deve chegar à casa de 1,230 bilhão. Praticamente, manteremos essa dotação para o ano subsequente, até por conta da não elevação do valor de tarifa. Mas temos uma diferença de um pouco mais de 400 milhões de reais, que é equivalente à despesa que o Município passará a ter por decorrência do Bilhete Único Mensal, que já começa a ser implantado a partir deste mês.

Depois, temos uma outra dotação orçamentária que é bastante expressiva e que conta, inclusive, com uma parte substancial de recursos provenientes do Governo Federal, que é a implantação e requalificação de corredores. Também temos outra dotação significativa, que é a implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos. Temos, também outra dotação, que é de responsabilidade direta da CET, que é a operação e manutenção de sinalização do sistema viário, propriamente dito, que é o responsável por toda a despesa de sinalização horizontal, vertical e recuperação semaforica, a ordem de 600 milhões de reais.

Importante dizer que já temos visto a respeito da baixa execução orçamentária. É importante dizer que, durante esse período, nesses primeiros meses, a Secretaria Municipal de Transportes, assim como a CET e a SPTrans, acabou empreendendo um esforço muito grande, no sentido de que pudéssemos promover as licitações necessárias para darmos cumprimento a essas metas.

Então, podemos observar, por exemplo, que na dotação orçamentária de 2013, que é a implantação de corredores, diferente da dotação que teremos em 2104, temos quatro

dotações específicas: implantação de corredores, requalificação de corredores, implantação de terminais e requalificação de terminais. As dotações de requalificação se fundiram com as de implantação.

Se formos observar a execução orçamentária, até o mês de agosto, vamos, de fato, observar uma realização baixa.

Hoje, estamos em uma fase bastante adiantada de execução de projetos, e, portanto, vamos poder observar que as execuções orçamentárias, dos meses de agosto para cá, foram bastante elevadas e temos nos empenhado muito para cumprirmos 100% de nosso orçamento de 2013.

Então, temos esse processo acontecendo. Estamos em um processo bastante adiantado também, de realização das licitações para a construção dos novos corredores. Da meta de 150 quilômetros de faixas exclusivas, já cumprimos e devemos dobrar a meta até o final do ano. Da meta que temos de implantação do Ônibus 24 Horas, já iniciamos os testes, já existem várias linhas que estão em operação. Já iniciamos a implantação do Bilhete Único Mensal. Já iniciamos a substituição dos novos ônibus, de modo que a frota chegue, até 2016, 100% acessível. Provavelmente, não cumprimos a lei federal que obriga que 100% da frota seja acessível até o final de 2014. Mas, certamente, até o final de 2016, cumprimos. Do mesmo modo, os 400 quilômetros de vias cicláveis.

A meta mais ousada é a implantação de 150 quilômetros de corredores que, naturalmente, traz junto consigo a implantação dos terminais necessários. No princípio da Administração do Prefeito Haddad, S.Exa. já tomou providências para poder resolver a interrupção que havia da licitação, de modo que esse processo já está bastante adiantado. Já temos 22 quilômetros de requalificação de corredores com obras já iniciadas, e mais 70 quilômetros de novos corredores e mais quatro terminais em início praticamente de obra.

Para a meta de 150 quilômetros, havia a necessidade, portanto, de contratação de novos projetos. Então, a SPTrans iniciou todo o processo de contratação desses projetos. Os

projetos que foram contratados pela SPObras passaram por um processo de readequação para atendimento das premissas dos corredores. E a SPTrans está, portanto, finalizando em processo bastante adiantado de execução de projetos básicos, para a implantação de mais 134 quilômetros de corredores e mais 15 terminais de ônibus.

Então, rapidamente é esse o panorama.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Já há dois anos que se exige que os municípios tenham um Plano de Mobilidade Urbana.

Pelo que pude observar, dentro do Orçamento, não consta o início, pelo menos, da licitação ou dos estudos pertinentes a esse projeto. Pergunto se há essa previsão para o orçamento do ano que vem.

O SR. SALVADOR CURI - Tem sim, Vereador. Na verdade, estamos em franco processo de trabalho. O objetivo, a meta fundamental do Conselho é a elaboração da política municipal de Mobilidade Urbana e temos previstos, dentro de nosso Orçamento para 2014, a contratação de diversas pesquisas com o objetivo de colher os subsídios necessários para a elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Por incrível que pareça, não tenho o que dizer da SPTrans.

Agora, quero saber por onde vai passar o corredor da Leste, na Águia de Haia, o terminal.

O SR. SALVADOR CURI - Dona Maria do Socorro, quero pedir a sua compreensão. Como sou Diretor Administrativo e Financeiro, não tenho os detalhes dos projetos da área de infraestrutura. Posso assumir o compromisso, com a senhora, de amanhã mesmo, trocamos nossos telefones e e-mails, posso trazer essa informação à senhora.

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Digo isso porque a dificuldade que temos, e já melhorou, foi Tiradentes. Mas, agora, estamos tendo abertura. É a única a Secretaria que ajuda muito a periferia. Ajudam muito os motoristas. Tem assistente social e psicóloga.

O SR. SALVADOR CURI - Muito obrigado. Posso assegurar à senhora que zona Leste e zona Sul, até porque são as duas grandes regiões que acumulam a maior parte da população que demanda transporte público em nosso Município, serão bastante contempladas.

Há um outro projeto, de fundamental importância, que é o que trata do transporte das pessoas com necessidades, que é o Atende. Inclusive, estamos desenvolvendo um projeto, ainda anunciaremos medidas ainda este ano, com vistas a buscar a ampliação da eficácia.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA - Obrigado.

Desde já critico o Parlamentar Jilmar Tatto por não estar presente aqui hoje. Critico, também, a sua ausência na audiência anterior, em que ninguém de sua Secretaria veio.

Quer dizer, será que não tem ninguém, nem na CET, na SPTrans que lê o Diário Oficial? O que acontece com a Secretaria de Transporte, já tão polêmica?

Também a crítica é necessária, lembrando o histórico trabalho da querida Conselheira Maria do Socorro e da Conselheira Alcione, a questão do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte. Esse Conselho, retomado às pressas, diante das manifestações de junho passado, comete injustiça em não respeitar o decreto de 2003, que, curiosamente, tinha por Secretário Jilmar Augusto Tatto. Ele, de forma contraditória, excluiu os idosos e as pessoas com deficiência desse novo modelo de decreto.

Quer dizer, é um absurdo a injustiça, o desrespeito com o idoso, com a pessoa com deficiência!

Portanto, solicitamos que devolvam a cadeira. Está parecendo, com todo o respeito,

a época em que havia os senadores biônicos, que eram indicados sem eleição.

Estou com o Diário Oficial de 6 de março de 2004: Eleição dos Conselheiros do Trânsito e Transporte. Eleitos por Subprefeitura. Tínhamos gartis(?). Isso tem de voltar na cidade de São Paulo. Não é possível tanta falta de transparência na questão do Trânsito e do Transporte.

E talvez, para efeito financeiro, o fato mais grave é o aumento abusivo, absurdo e - diria também - ilegal da verba das compensações tarifárias. Verbas que são para empresas privadas que não melhoram o trânsito e o transporte especialmente da cidade de São Paulo. Aumentar de 600 milhões a verba aprovada no ano passado para 1,6 bilhão é um absurdo. Isso é um tapa na cara da cidade de São Paulo. Essa dotação tem de ser retirada. Os Vereadores têm de fazer emendas para destinar essa verba a outras áreas, porque 600 ou 700 milhões de reais está muito bom. Não é possível engordar verba para empresa que nem vem aqui falar, como o consórcio Via Sul. Elas têm de vir falar por que não estão fazendo um bom serviço de transporte para a cidade de São Paulo. Foi assim na péssima gestão do Secretário nada saudoso, Marcelo Cardinale Branco, no ano passado. Tomara que não continue assim, porque estaremos muito atentos ao que está acontecendo.

No quesito programa Atende, há um aumento na dotação de 55,8 para 58,1 milhões - apenas três milhões de reais - é ridículo. É ridículo. Se quase que dobrou a dotação da compensação tarifária, deveria acontecer o mesmo com o programa Atende e a execução nem foi tão boa assim. Foram 58,3 até agosto. Tinha de ser, pelo menos, 66, quer dizer, é injusto, sendo que na compensação tarifária foram executados 123% até agosto. Quer dizer, executaram muito mais. Parece que a única prioridade da Secretaria é dar dinheiro para empresa, para os oito consórcios municipais.

O senhor não falou sobre a questão das ciclovias. Quais estão previstas para o ano que vem. Com relação à questão da verba do metrô, foi dado algum dinheiro para o metrô? Aliás, é um absurdo, propaganda de campanhas anteriores. Esse programa agora está

misturado com outros. O monotrilho é um péssimo projeto e a Prefeitura deu dinheiro para isso. Que absurdo.

É importante ter o debate sério sobre a questão do transporte. Estive na região da Mooca, o transporte naquela região está um lixo. Será que vocês têm notícia disso? São ônibus lotados, o pessoal idoso é empurrado, gestante é desrespeitada. Parelheiros então, a denúncia só não chega aqui porque é longe, mas todo dia acontece esse tipo de coisa.

Então, infelizmente, nesses primeiros 11 meses da gestão Fernando Haddad, a gente não vê melhora do transporte para o povão. A execução, como o senhor falou, corredores e terminais, é pequeníssima. Para os terminais 2,4% até agosto. É muito pouco. Quer dizer, tudo isso tem de ser devidamente explicado para a população. Para 2014, o próprio Plano Plurianual diz: “Não será concluído nenhum terminal”. Isso está certo? Nenhum terminal para 2014? É o que está nos planos do projeto. Corredor, 3% executado; a verba é de 170 milhões e, até agosto, 5,1 milhões. Se é executado para a tarifária 120%, porque executa três para um, dois para o terminal, três para o corredor.

Com relação ao Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito; 1,8 bilhão para o ano que vem; aumento de capital para CET, isso tem de ser mais bem executado, porque é muito dinheiro. E por fim, até pedindo desculpas e abusando um pouco do beneplácito do Presidente Nomura: CET e SP Trans. É inaceitável, no ano de 2013, numa sociedade aberta, democrática e transparente, a SP Trans apresentar três dotações sem dotação no sofi(?). Receitas diversas, 39 milhões; dinheiro proveniente de créditos eletrônicos VT, 22 milhões; aluguel de frota pública, 3 milhões. Essa dotação não passa pela execução orçamentária burlando inclusive a legislação. A gente quer saber o que foi feito dessa verba neste ano e no ano que vem, em SP Trans, por que essa verba continua meio escamoteada e fora dos padrões mínimos de transparência na cidade de São Paulo.

A CET não é encontrada nas periferias. É engraçado, nos rincões, a gente não vê a CET, como em Itaquera e José Bonifácio. A CET não aparece, parece que é uma empresa

central, da Subprefeitura da Sé e não da cidade como um todo. A CET também apresenta dotações sem rubrica específica no Orçamento. São elas: estacionamentos rotativos zona azul, 63 milhões de reais; receita de eventos - que eventos são esses? O Orçamento é para explicar, minha gente. Não é para explicar só no documento anual do *Diário Oficial* que ninguém vê. É para explicar aqui. Cadê o Presidente da CET, está presente? E do SP Trans? Cadê essas pessoas? E outras receitas. Que outras receitas são essas de engenharia de tráfego? São 4,8 milhões. Isso é transparente, Vereador Nomura? Isso é orçamento participativo? Isso é controle social?

Quer dizer, precisa melhorar e muito. Estou muito decepcionado com o Sr. Fernando Haddad, com o Sr. Jilmar Tatto nesse primeiro ano de gestão. Espero que não precise fazer um discurso muito violento no ano que vem como tive a honra de fazer contra Marcelo Cardinale Branco e Kassab no ano passado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Obrigado. Complementando a pergunta do Fábio, quando falou do CET, lembro que no ano passado, até pelas necessidades existentes, havia sido autorizada a contratação, por meio de concurso público, de 500 funcionários do CET. Volto a perguntar se existe o planejamento para o próximo ano com relação a isso.

Passo a palavra ao Sr. Salvador Curi.

O SR. SALVADOR CURI - Vou tentar responder a todas essas perguntas. Se esquecer de alguma, por gentileza me recordem. Com relação à ausência do Secretário, é fácil as pessoas perceberem hoje que a Secretaria de Transportes tem enfrentado, até para conseguir implementar as melhorias necessárias no transporte, algumas medidas duras, difíceis e que tem requisitado a presença do Secretário para que possa tomar as decisões políticas. Temos como exemplo disso o que aconteceu na zona Oeste, com o descredenciamento da empresa Oak Tree, e recentemente, há pouco mais de 30 dias, na zona

Leste, com o descredenciamento do consórcio da área 4, que naturalmente tem trazido uma série de problemas. Temos absoluta consciência do transporte que vem da região da área 4, mas a situação do transporte era tão absurda e os problemas eram tantos que levaram o Secretário e o Prefeito a tomarem a decisão de romper o contrato e de descredenciar a empresa, enfim, requisitando medidas duras. Certamente, foi em razão da necessidade de definição dos contratos emergenciais da área 4 que o Secretário, infelizmente, não veio hoje aqui, pois ficou empenhado em resolver esses problemas e pediu que viessemos.

O Secretário, por sua vez, tem quatro convites desta Casa para vir em comissões diferentes por intermédio da Secretaria de Relações Institucionais. Prefeitura e Câmara Municipal estão dialogando para que possam tentar fazer uma única reunião de comissões para que o Secretário possa vir e virá, com todo prazer, para dar os esclarecimentos necessários - posso assegurar.

Com relação à composição do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte, Fábio, especialmente em relação à exclusão dos idosos e das pessoas com deficiência, não faço parte da composição na condição de conselheiro, mas tenho acompanhado todas as reuniões. Posso lhe assegurar que o Secretário tem orientado inclusive para que o maior número possível de segmentos representantes da sociedade faça parte do Conselho e tenha algum tipo de espaço, independentemente de decreto e de legislação. O senhor citou o caso do decreto de 2003 e 2004, independentemente do que tenha havido de regra no passado, que os representantes tenham um espaço para poder discutir e para que a gente possa reformular inclusive o próprio decreto e a própria legislação. O Secretário está aberto a isso.

Desde já, gostaria de lhe convidar - não sei dizer qual a data ainda - para a próxima reunião do conselho, para participar e levar seu pleito. Tenho forte convicção de que o Secretário receberá sua manifestação com bastante agrado e criará condições para que vocês possam participar.

Com relação à compensação tarifária, o fato não é bem assim. Não se trata de

dinheiro para empresário. Primeiro que essa grande diferença entre o Orçamento de 2013 e o de 2014, deixei bem claro que não teremos praticamente diferença em função do congelamento do valor da tarifa, mas em função da implantação do Bilhete Único, que gerará despesa para a Administração. Na medida em que a gente crie condições para que a sociedade compre o seu bilhete mais barato, naturalmente alguém tem que subsidiar isso e o subsídio vem da Prefeitura.

Grande parte da compensação tarifária não é decorrente da falta de compensação do valor da operação do sistema. É por decorrência de nós termos gratuidade no sistema que tem que sair de algum lugar. A legislação, a Constituição Federal, por exemplo, impõe, obriga, a que as pessoas com mais idade, 60 anos, e meia-entrada para estudantes, tenham gratuidade: alguém paga por isso. Há outras gratuidades mais que fazem parte do sistema e que têm um custo, alguém tem que pagar por esse custo. A compensação tarifária vem com esse propósito.

Quanto ao Atende, peço a sua compreensão. Talvez pela rapidez da minha manifestação não tenha sido muito claro, eu disse, inclusive, que ainda neste ano o Secretário anunciará medidas de maior eficiência e maior eficácia do Programa Atende, com vistas, inclusive, a que nos anos subsequentes possamos até melhorar o atendimento e acabar com a demanda reprimida.

Na verdade, quando estamos trabalhando com um orçamento que aparentemente cresce pouco, é porque não dá (Ininteligível) só por dinheiro, a gente também tem que ser mais eficiente. Nós estamos tomando medidas para poder melhorar o programa e torná-lo mais eficiente, portanto, aumentar - eu diria - o seu atendimento, sem aumentar necessariamente a quantidade de recursos diretamente proporcionais.

Temos muita convicção de que vamos melhorar bastante o atendimento, sem necessidade de ampliar mais recursos, naturalmente, na medida em que haja necessidade, ali na frente - até porque tivemos oportunidade de falar e botar a Sempla na parede, por conta das

limitações orçamentárias.

Todos nós sabemos, pela militância e formação profissional, que o cobertor não dá para cobrir tudo. Tem que administrar, na medida em que houver a necessidade, vamos executando.

Falo da execução orçamentária. Eu disse aqui: se o senhor for verificar a execução orçamentária até agosto, verificará, de fato, que ela foi baixa, porque não tínhamos projetos, licitações, coisa que tivemos que fazer. Não havia. Na medida em que gastamos meses de esforço para poder fazer isso, e agora começamos a produzir, de fato, resultados, a execução passa a ser alta.

Outro detalhe: na questão da dotação em implantação de corredores, que o senhor fez questão de mostrar a baixíssima execução, tem um detalhe que é uma peculiaridade deste ano, especialmente, de 2013, que não haverá em 2014. As obras contratadas, pela SPObras: são 70 quilômetros de novos corredores; 22 quilômetros de requalificação; 4 terminais; o viário Sul; aquele pacote de 15 empreendimentos que a Sra. Antonia apresentou aqui, esses projetos serão feitos com recursos do PAC. Mas o desenvolvimento dos projetos e parte da contrapartida, que é da Prefeitura, vieram dos recursos que estavam na dotação da SPTrans, da Secretaria de Transporte neste ano. Porque fizemos as transferências agora, na medida em que foram feitas as licitações, assinados os contratos e que começa a execução.

Acabamos de fazer a transferência para a Secretaria de Infraestrutura Urbana para que eles possam dar cumprimento. Nós estamos muito tranquilos com relação a isso, vamos cumprir 100% do nosso orçamento. Ou vamos chegar ali, pertinho.

Falei na pressa, sobre a nossa meta de 400 quilômetros de Ciclofaixa, há 10 milhões de reais previstos no Orçamento da CET para o ano que vem. As Secretarias de Infraestrutura Urbana e Subprefeituras também têm dotações destinadas, porque aí é uma ação transversal, feita por uma série de secretarias.

Há uma verba no nosso Orçamento de 200 milhões de reais para transferência para

o Metrô.

O senhor fala da questão do monotrilho. Nós também pensamos como o senhor. Tanto é assim que o Prefeito Haddad tomou a decisão de não investir mais nenhum centavo no transporte sobre trilhos. A partir de agora, transporte sobre trilhos é de responsabilidade do Governo do Estado, portanto os projetos que estávamos fazendo não serão mais feitos por nós, nem por secretarias, nem por SPTrans, nem por CET, mas serão feitos pelo Governo do Estado. Nós vamos concentrar nossos esforços no transporte sobre pneus.

Como eu disse para o senhor, é verdade, estamos com problemas no transporte da Mooca. Em várias regiões temos empreendido uma série de medidas para poder melhorar a qualidade do transporte, desde a implantação das faixas, remanejamento de linhas, projetos de corredores. Temos convicção que, embora tenhamos consciência de que ainda temos uma série de problemas a resolver, estamos trabalhando numa linha com muito empenho, muita dedicação, até mesmo com velocidade, com o objetivo de que possamos diminuir os problemas e melhorar a qualidade do transporte com a maior rapidez possível.

A questão da não implantação de terminais em 2014 é verdade. Não concluiremos nenhum terminal em 2014, até porque se leva dois anos para construir um terminal. Como eu disse aqui, nós não tínhamos projetos. Tivemos que fazer a concepção do projeto, elaborar o desenho, o modelo da licitação, fazer a licitação para a contratação dos projetos, contratar, desenvolver os projetos, contratar as obras, para que, daí, nós possamos ter.

Apenas para poder lhe informar: na sexta-feira passada, venceu o prazo de recurso do processo de pré-qualificação de empresas para participar do edital de licitação para construção dos corredores. No sábado, um dia depois, nós já publicamos o chamamento da consulta popular para a licitação das obras.

Temos previsto, no nosso cronograma, se tudo correr bem, o pessoal está trabalhando de manhã, à tarde e à noite, pretendemos, no princípio do mês de dezembro, publicar os editais para a contratação desses corredores e terminais.

Naturalmente, teremos o processo de licitação, levaremos 60 dias, enfim. A nossa meta é para que, no primeiro trimestre de 2014, tenhamos condições de contratar e expedir ordem de serviço. Aí, levaremos um ano e meio, dois anos, dois anos e meio, pela complexidade da obra, para poder tê-los. É verdade, não haverá terminal entregue em 2014.

É importante observar que neste ano, parte da execução orçamentária que não vinha sendo realizada até junho, passou a ser executada a partir de junho quando nós incluímos o sistema terminal de Pinheiros, que havia sido inaugurado no ano passado, mas não tinha condições de funcionar. Passou a funcionar agora. Isso é importante observar.

A questão do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Trânsito, foi o que acabamos de dizer, inclusive vamos incrementar. O Fundo é proveniente, sobretudo, de receita de multas, estamos ampliando os recursos de tecnologia, radares, câmaras. Dobraremos o número da quantidade de vias monitoradas da Cidade, de 1.200 faixas para 2.400, estamos desenvolvendo todo o processo para a contratação de novos radares, de câmaras, para que possamos monitorar.

É evidente que não gostaríamos que fosse desse modo, não gostaríamos que houvesse multas, nem que houvesse desrespeito à legislação e às regras. Mas desde que há, tem que ter eficiência para poder cobrar as multas, para que possamos utilizar esses recursos em benefício do transporte.

A questão da transparência das dotações, posso lhe assegurar que a dotação orçamentária - o senhor conhece bem isso - para efeito de constituição do orçamento, ela é estruturada de modo diferente da execução orçamentária. Se formos abrir a execução orçamentária, tanto no site da CET, SPTrans, como o da Secretaria, vamos perceber detalhe por detalhe, centavo por centavo, daquilo que está sendo aplicado.

Outro detalhe que é importante observar e que nós estamos vivendo a partir, deste ano, até para corrigir os problemas de falta de linguagem, de diálogo entre uma informação e outra. É a primeira vez que a gente constrói o PPA, com a Lei Orçamentária, casadinho

casadinho com o Programa de Metas.

Se vocês tiverem a oportunidade de acessar ao sistema, daqui a pouco vai se tornar público para todos verem, vão ver que não há divergência de um centavo sequer, nem entre o Programa de Metas, nem entre o Plano Plurianual e nem com o Orçamento de 2014, que é o primeiro quarto de realização do próximo PPA.

Está bem casado, deu um trabalho enorme para a Prefeitura toda, para todas as secretarias, mas estamos avançando muito na questão da transparência, da organização. Já avançamos bastante, tenho certeza que, para o ano que vem, teremos minimizado muito esses problemas de falta de diálogo, de linguagem, entre as dotações, e peças de gestão administrativa e financeira da Administração.

A questão da CET nos rincões, é importante observar que inclusive, recentemente, há quatro meses, foi feita toda uma reestruturação das gerências da CET, das GETs, que antes eram feitas pelas regiões, agora passaram a ser feitas por corredores. Estamos fazendo novas licitações para aquisição de novas tecnologias, inclusive de equipamentos, exatamente para que a gente possa estender a ação da CET.

Nós reconhecemos que há limitações, mas não temos condições, não poderíamos fazer diferente, de, em apenas 11 meses, resolver os problemas de trânsito da Cidade, que não são poucos. Aliás, estamos bastante tranquilos - eu diria assim - empenhados, comprometidos com esse processo todo, na medida em que a gente sabe que quando é feita a consulta à população do grande problema que temos hoje na Cidade - até por falta de compreensão, mais debate, mais diálogo -, a primeira palavra, a primeira manifestação que vem na expressão da população, é que o grande problema que temos na Cidade é trânsito.

Na nossa concepção, da Secretaria de Transportes, da CET e da SPTrans, hoje, não é o trânsito. Embora o trânsito seja o efeito, a causa é a falta de transporte público adequado, eficiente. Nós estamos investindo e o Prefeito tem dito insistentemente: chegou a vez do ônibus, chegou a vez do transporte público. Não se investe um centavo em obra viária

que não for para beneficiar o transporte público. Estamos muito tranquilos, empenhados nisso, tenho certeza que a gente vai avançar bastante.

Falando das dotações e transparências, como falei, a questão da Zona Azul, do evento, se a gente abrir lá vai ver de onde vem o evento.

Por exemplo, no caso nosso, da SPTrans: outras receitas, são receitas provenientes de alugueres de terreno de garagem, de permissões de uso dos espaços dos terminais, isso está lá, detalhado, item a item, para que a gente possa saber para onde vai e de onde vem o dinheiro.

Por fim, respondendo a pergunta do Vereador, a respeito da contratação, o senhor tem razão, tanto na CET como na SPTrans. A Secretaria realizou os concursos, que estão promulgados, os resultados estão homologados, publicados.

Neste ano de 2013, por conta do esforço nosso para poder fazer ajuste desse novo empreendimento, nem CET, nem SPTrans fizeram contratações. Ao contrário, passamos por um processo de desligamento, de redução do quadro, tanto a CET quanto a SPTrans promoveram plano de desligamentos voluntários, demissão voluntária. Superada essa fase, a expectativa nossa, é no que temos trabalhado, tanto com a Secretaria de Planejamento, como com a JOF - Junta Orçamentária e Financeira, que hoje tem um papel fundamental no gerenciamento da administração pública municipal, no modelo novo.

O Prefeito implementou, logo no dia 2 de janeiro, um decreto de reorganização do funcionamento das entidades da administração direta e indireta, e nós hoje somos obrigados a administrar a nossa empresa por conta de um contrato de gestão, compromisso de desempenho institucional, firmado entre as direções da empresa, sob pena de destituição da diretoria da empresa, se não cumprir a meta, com o acompanhamento trimestral.

No dia 16 de maio, deste ano saiu o Decreto, chamamos o Compromisso de Desempenho Institucional, não só a SPTrans e a CET, mas toda a Administração, e fizemos agora a primeira prestação de contas do trimestre.

A situação muda daqui por diante: o modelo de gestão muda, assim como a prática, a execução orçamentária, a elaboração das peças de planejamento e, por conta desse esforço, para que possamos fazer um ajuste das nossas despesas, não fizemos contratação. Mas é nossa meta iniciar o processo de contratação a partir de 2014.

Não sei se respondi a todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Claro. Vamos encerrar a presente audiência pública. Gostaria, mais uma vez agradecer ao Sr. Salvador Curi, representante da Secretaria de Transportes.

Nada mais havendo a tratar, vamos encerrar a 27ª audiência pública, a 11ª audiência pública sobre os projetos do Plano Plurianual e do Orçamento e a 5ª audiência temática.

A todos, uma ótima tarde. Muito obrigado.
